

ANDRÉ ARAÚJO DE ANDRADE

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA
REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO
LULA NA F. DE SÃO PAULO.**

RECIFE/ 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA
REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO
LULA NA F. DE SÃO PAULO.**

André Araújo de Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE como requisito para a obtenção da titulação de Mestre em Sociologia, sob a Orientação da Prof^ª Dr^ª. Silke Weber.

RECIFE/ 2008

Andrade, André Araújo de

Análise do discurso político-ideológico da reforma da educação superior do governo Lula na F. de São Paulo. – Recife : O Autor, 2008.

95 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui: bibliografia e anexo.

1. Sociologia. 2. Educação – Reforma. 3. Ensino superior – Reforma. 4. Jornalismo. 5. Discurso. 6. Análise do discurso. I. Título.

**316
301**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/89**

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a colaboração conjunta, direta e indireta, de diversas pessoas, tanto no nível acadêmico como pessoal. Enfatizo isto pelo fato de o curso de mestrado constituir um longo processo de dedicação, porém construtivo, no sentido humano e acadêmico.

Impossível agradecer a todos, mas mesmo correndo o risco de cometer injustiças, gostaria de demonstrar minha gratidão, em primeiro lugar a Deus pela força e confiança que muito necessitei.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Prof^ª Dr^ª. Silke Weber, por sua receptividade em me aceitar como orientando em um tema multidisciplinar e pelo longo tempo investido. Seu apoio incondicional, o estímulo e as conversas frequentes permitiram que eu me aprofundasse no tema, sem perder o rumo estabelecido.

Ao Prof^º Dr^º Remo Mutzenberg, pelo respeito com que me orientou nas disciplinas cursadas, inclusive no que tange as questões sobre análise do discurso tratadas neste trabalho. Às Prof^ªs. Dr^ª. Isaltina Gomes, do PPGCOM/UFPE, e Dra^a Maria Eduarda Rocha, do PPGS/UFPE, por suas contribuições valiosas na defesa do projeto de dissertação.

À Prof^ª Dr^ª Janete Lins, do PPGE/UFPE pela disciplina cursada, como também pelas instigantes discussões relacionadas às políticas educacionais no Brasil. Não poderia deixar de mencionar minha gratidão ao pessoal da Secretaria do PPGS/UFPE.

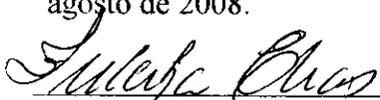
À minha família por todo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis, que apesar da ausência de convívio soube entender o quanto esta dissertação é importante para mim.

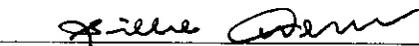
Além dos meus amigos do mestrado que contribuíram com palavras e gestos de incentivo ou apenas me ouviram falar sobre o assunto. Ao Profº Drº Jonathans Ferreira e à Profª Drª Eliane Veras que oportunizaram um outro modo de perceber o fazer acadêmico. Não poderia deixar de mencionar meu amigo Manoel de Souza que em todos os momentos em que a tecnologia “jogava contra” trouxe a melhor e mais rápida solução possível, como também pelo verdadeiro significado da palavra amizade. Ao amigo e mestre Mário Lima por ter-me enveredado nesses caminhos das Ciências Sociais.

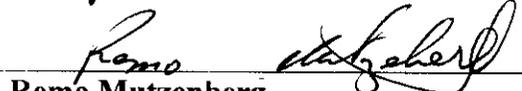
A minha esposa e companheira de vida, Micheli, que desde que nos conhecemos tem sido minha fonte de inspiração e admiração. Além do amor e do carinho, soube me ouvir e responder a meus anseios com paciência e compreensão. Ao meu “pequeno” e querido filho Vinícius, principalmente, por ter-me trazido esperança, sem a qual seria impossível vencer todos os desafios que enfrentamos juntos.

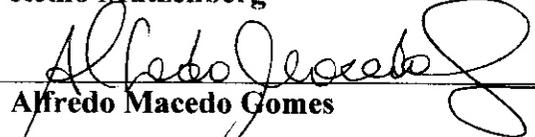
Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de ANDRÉ DE ARAÚJO ANDRADE, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

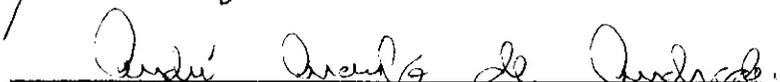
Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de ANDRÉ DE ARAÚJO DE ANDRADE**, intitulada: **“ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA NA F. DE SÃO PAULO”**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Silke Weber - Presidente/orientadora; Dr. Remo Mutzenberg - Titular Interno – PPGS; Dr. Alfredo Macedo Gomes – Titular Externo – PPGC/UFPE**. Dando início aos trabalhos o **Dra. Silke Weber** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Dra. Silke Weber**, presidente da mesa e orientadora do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 22 de agosto de 2008.


Zuleika Elias


Silke Weber


Remo Mutzenberg


Alfredo Macedo Gomes


André de Araújo Andrade

RESUMO

Neste trabalho faz-se análise do discurso da reforma da educação superior no Governo Luís Inácio Lula da Silva, na Folha de São Paulo no período 2004-2006. Foi Primeiramente apresentado o ambiente em que a reforma foi formulada, em seguida apresenta-se o percurso teórico utilizado, com ênfase no papel da mídia impressa na produção de discurso cujo efeito foi analisado segundo a perspectiva *foucaultiana*. Dentre os temas postos em evidência, pelo jornal, ganharam destaque autonomia, financiamento e relação setor público-privado. Os enunciados expostos em relação a cada um desses temas conduziram à indicação de duas formações discursivas conflituosas, organizando concepções de universidade, Estado e educação superior.

Palavras-chave: Jornalismo, discurso, análise do discurso, reforma da educação superior brasileira

ABSTRACT

This study is an analysis of higher education reform discourse under the Luís Inácio Lula da Silva's Government, in *Folha de São Paulo* newspaper between 2004 and 2006. Firstly it was presented the environment in which the reform was formulated, then we set forth the theoretical approach, with emphasis of the press role in the discourse production whose effects were analysed according to the foucaultian perspective. Among the themes brought to evidence, by the newspaper, were highlighted autonomy, financing and relationship public-private sectors. The enunciates exposed to each of these themes conducted to the indication of two conflicting discursive formations, organizing university, state and education conceptions.

Key-words: journalism, discourse analysis, Foucault, discourse, Brazilian higher education

LISTA DE SIGLAS

ABMES: Associação Brasileira das Mantenedoras da Educação Superior

ANDES: Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES: Associação nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

ANET: Associação Nacional de Educação Tecnológica

BIRD: Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CF: Constituição Federal

CONAES: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

FMI: Fundo Monetário Internacional

FSP: Folha de São Paulo

GT: Grupo de Trabalho

IES: Instituição de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PNE: Plano Nacional de Educação

PROUNI: Programa Universidade Para Todos

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEMESP: Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior
no Estado de São Paulo

SESu: Secretaria de Educação Superior

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNICAMP: Universidade de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

I. INTRODUÇÃO.....01

II. REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

NO BRASIL DOS ANOS 90.....07

2.1. Reforma do Estado no Brasil: crise do capitalismo, tecnologias e o mercado.....07

2.2. As políticas educacionais no Brasil e o papel dos organismos internacionais.....10

2.3. As alterações jurídicas e institucionais no campo da educação superior no Brasil dos anos 90 de FHC.....13

2.4 . A Reforma da educação superior no governo Lula.....19

III. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO ADOTADO.....26

3.1. Jornalismo e política na contemporaneidade.....26

3.2 Discurso e Análise do Discurso.....32

3.3 Van Dijk e as Estruturas da Notícia.....36

3.4 Enunciado, Formação Discursiva e Arquivo.....41

IV. A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FOLHA DE SÃO PAULO..46

4.1 A Autonomia.....46

4.2 Financiamento da Educação Superior.....55

4.3 Relação Público-Privado.....	70
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXO.....	96

I. INTRODUÇÃO

Em seu primeiro ano (2003), o Governo Luís Inácio Lula da Silva nomeou por meio de Decreto de 20/10/2003 um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para fazer um levantamento da crise das universidades federais (IFES) e, assim, apresentar um plano de ação e desenvolvimento que viesse a implementar a reforma da universidade pública brasileira. A partir daquele ano diversos estudos, análises direcionaram-se às condições financeiras das universidades públicas, à sua estrutura administrativa e pedagógica, como também, à sua autonomia, que foram apresentadas em diversos documentos oficiais¹. As políticas governamentais para a educação superior das IFES começavam a dar seus primeiros passos trazendo consigo uma concepção, uma discursividade referente ao papel do Estado em relação à educação superior.

A questão da reforma da educação superior, segundo Sguissard (2000, p. 40) e Chauí (1999), insere-se num contexto mais amplo relacionado às profundas transformações de âmbito político-econômico, tais como, a reforma do Estado ou declínio do Estado de Bem-Estar e a crise do capitalismo no início dos anos 1970.

A Reforma do Estado aqui no Brasil teve sua maior efetividade no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no qual o Ministério da Administração e Reforma

¹ BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira; SANTOS, C.R.A. A nova missão da universidade: a inclusão social. In: EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFORMA, MUDANÇA E INTERNACIONALIZAÇÃO. Anais..., Brasília: UNESCO, Brasil; Sesu; BRASIL. Ministério da educação. *Resumo do pronunciamento do ministro de Estado da educação*, Tarso Genro, no dia 07 de junho de 2004, acerca de enunciados gerais sobre os princípios e diretrizes da reforma da educação superior; BRASIL. Ministério da educação. Grupo executivo da Reforma do Ensino Superior. *Reforma da educação superior*: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior; BRASIL. Ministério da Educação. *Anteprojeto de Lei – versão preliminar*. Estabelece as normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal de Educação Superior e dá outras providências.

do Estado (MARE) tentou implementar um conjunto de medidas afinadas com os organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, BID) objetivando estabelecer um novo pacto na relação Estado-sociedade por intermédio das reformas fiscal, previdenciária e trabalhista. Outros objetivos foram a eficiência administrativa e enxugamento do Estado, como também a criação de organizações públicas não-estatais e o estabelecimento do caráter gerencialista na administração pública visando a adaptar o Estado “às novas condições do capitalismo em seu presente estágio, com marco nos anos 70, para enfrentar os ‘desafios de um mundo contemporâneo’” (Silva Jr., 2002, p.43).

Nesse contexto grupos, organizações, professores, empresários, estudantes, numa palavra, a sociedade civil, começaram a posicionar-se e a fazer propostas e contra-propostas, emergindo assim uma diversidade de ações e concepções , de discursos referentes aos rumos a serem dados às universidades públicas brasileiras, os quais obtiveram visibilidade midiática.

Os discursos sobre políticas governamentais para a educação superior inseridos em jornais constituem o foco de nosso interesse, tendo como referência de análise discursos e processos de mudança social. As nossas indagações direcionam-se a compreender: por que os discursos midiáticos sobre educação superior foram construídos de determinada forma? A que situações remetem? O que faz originar aqueles discursos? Quais temáticas estiveram presentes e de que forma foram apresentadas à sociedade? O que refletem em termos ideológicos? Nosso esforço volta-se, portanto, para a compreensão das formas e sentidos do discurso da imprensa escrita, referentes à reforma da educação superior do Governo Luís Inácio Lula da Silva (Governo Lula).

Sendo assim, consideramos o jornalismo uma instituição social constituída historicamente para oferecer conteúdos que tenham características de atualidade e de relevância para um público amplo, disperso e diferenciado. Este papel é executado porque o jornalismo conquistou legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. Neste sentido consideramos “o jornalismo como realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA. p.22, 2004).

A notícia jornalística, material de nossa análise, é a forma operativa de construção destes conteúdos jornalísticos. Ela contém, na sua essência, aspectos que a singularizam em relação a outros conteúdos que circulam socialmente: a) traz cotidianamente a público determinadas ocorrências selecionadas e temáticas do mundo social com base em critérios classificatórios (valores/notícias) e operacionais (internos à organização jornalística ou relacionados ao processo interacional que o jornalista mantém com as fontes de informação); b) investe sentidos específicos a essas ocorrências e temáticas selecionadas, utilizando-se de linguagens e conteúdos de uso comum em uma coletividade; c) auxilia na construção de uma definição (imagem) pública dessas ocorrências ou temáticas.

Desta forma, acreditamos que a imprensa em momentos de mudança, ao exteriorizar a “realidade” das condições sociais e políticas de um país, elege como temas as possibilidades de superação dos diversos problemas de uma nação, como também faz surgir outros, tematizando, igualmente, os caminhos a serem percorridos para solucioná-los. Isto significa que diversos símbolos, significados e ideologias podem ser resgatados, ressignificados, e também novos podem passar a integrar o conteúdo jornalístico,

repercutindo de formas múltiplas nas ações e concepções dos leitores e leitoras interessados em uma determinada questão.

O debate sobre a reforma da educação superior, como foi denominado o projeto de nº 7.200/2006, no Brasil apresentaria esta característica, pois é a primeira reforma desde o regime militar. Supõe-se, portanto, que os debates e discussões nos diversos setores da sociedade civil e do Estado, reportados pela imprensa, procuram posicionar seus pontos de vista referentes às temáticas relacionadas neste debate. Uma rápida apreciação da imprensa referente à educação superior, nos cinco últimos anos, indica a prevalência de alguns temas, tais como: papel do Estado na educação superior, conceito de universidade, autonomia, inclusão social, financiamento, educação e capital, gestão, educação e projeto de nação, entre outros. Diante disso, perguntamos que parâmetros seguiram os temas abordados em determinado momento e que tipo de relação mantêm com propostas de mudanças de políticas governamentais?

O Objetivo Geral deste estudo é, desse modo, contribuir para o aprofundamento da análise de aspectos do discurso midiático, particularmente o processo de significação estabelecido para a referida reforma, pela imprensa. E mais especificamente, propomo-nos a:

- a) Identificar os efeitos de sentido que caracterizam o discurso sobre a reforma educação superior na mídia em uma circunstância determinada.
- b) Relacionar a que sentido remetem os eixos temáticos inseridos neste discurso, nesse contexto.
- c) Registrar e analisar o viés ideológico, simbólico e os sentidos formulados em decorrência do enfoque feito pela mídia referente à universidade pública.

Limitando nosso campo de observação ao discurso produzido em torno das matérias jornalísticas referentes à reforma da educação superior do Governo Lula, procuramos responder às seguintes perguntas: 1) Quais os efeitos de sentido inseridos no discurso produzido pelo jornal *Folha de São Paulo* referentes à reforma educação superior?; 2) Quais as políticas de poder e de saber que caracterizam esse discurso?; 3) Quais são as vozes, as marcas de aceitação e de resistência presentes e os posicionamentos?

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro esta Introdução, na qual foram apresentadas o problema, o objeto, os objetivos, como também foi feita uma breve indicação do referencial teórico metodológico empregado.

No capítulo dois, *Reforma do Estado e as Políticas para a Educação superior no Brasil dos anos 1990-2004* desenvolvemos um percurso histórico, no qual se pretendeu elencar os elementos políticos, econômicos e sociais relacionados ao ensino superior no Brasil. Além disso, abordamos, de forma sucinta, os fatores condicionantes da reforma da educação superior em curso no contexto do primeiro Governo Lula.

O capítulo três, *Percurso Teórico-Metodológico*, é discutida a questão do jornalismo na contemporaneidade, como também os referenciais teóricos que orientam a análise dos discursos referentes ao ensino superior.

No capítulo quatro, *A Reforma da Educação Superior na Folha de São Paulo*, foi tecida a análise do discurso dos enunciados integrantes das três temáticas que se fizeram mais presentes no referido jornal: financiamento, autonomia e relação público-privado.

E finalmente, delineamos as considerações finais, onde procedemos uma releitura dos resultados obtidos nesta pesquisa, mostrando a pertinência da perspectiva foucaultiana,

na apreensão dos sentidos e interpretações estabelecidos pela F. de São Paulo sobre universidade, Estado e educação superior.

II. REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NOS ANOS 1990

2.1 Reforma do Estado no Brasil: mercado, tecnologias e crise do capitalismo

O contexto atual do mundo ocidental pode ser compreendido a partir da crise do capitalismo nos anos 1970 (sobretudo do Estado de bem-estar e do modelo fordista-taylorista de produção), bem como da intensificação do processo de mundialização do capital, da implementação de um modo mais flexível de acumulação capitalista e da adoção de políticas neoliberais, sobretudo, na década de 1990. Esse contexto pode, também, ser traduzido como resultante das complexas e significativas mudanças, viabilizadas pela expressiva revolução tecnológica, as quais têm engendrado alterações significativas no processo produtivo e, em decorrência, no conteúdo e nas formas do processo de trabalho até então vigentes. São alterações de toda ordem implicando, até mesmo, novos horizontes geopolíticos do mundo sob a égide da globalização da economia, e trazem um traço característico intrínseco: o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de descentralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública. Estas políticas preconizam o mercado como portador de racionalidade econômica e, portanto, como princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade global competitiva. Esse cenário de redefinição das funções do Estado, no que se refere às políticas públicas, resultantes desses arranjos macro-econômicos, redimensiona tais políticas, especialmente no campo educativo.

Nesse cenário, efetuou-se a reforma do Estado e, subjacente a esse processo, a reforma do sistema educativo no Brasil. Essa conjuntura desempenha papel determinante no processo de redefinição da educação superior e, em especial, da universidade pública em diferentes países, também no Brasil e na América Latina.

A busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado. A defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso. Segundo Fernando Henrique Cardoso:

Vivemos hoje num cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais (...). É imperativo fazer uma reflexão a um tempo realista e criativa sobre os riscos e as oportunidades do processo de globalização, pois somente assim será possível transformar o Estado de tal maneira que ele se adapte às novas demandas do mundo contemporâneo. (Cardoso, 1998, p. 15)

Consubstanciando essa lógica, propõe-se, ainda, o enxugamento da máquina estatal e privatização de bens e serviços em que a reforma do Estado é entendida como superação de “visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista” por meio da transferência da produção de bens e serviços “à sociedade, à iniciativa privada” (idem, *ibid.*).

Baseado nessas premissas, Bresser Pereira (1998, p. 33) advogava para o Brasil mudanças nas formas de organização e gestão do Estado por meio de uma administração pública gerencial que balizasse como setores do Estado moderno “o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado”. A saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o

setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal (‘não-governamental’). Tal lógica implica alterações substantivas no campo educacional no que se refere à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional.

No caso brasileiro, demarcado historicamente por um Estado patrimonial, como caracteriza Faoro (1975), as arenas tradicionais do poder político sofrem alguns ajustes na direção da mercantilização das condições sociais, transformando direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania pelo culto às leis do mercado.

O atual Estado brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, tem sido caracterizado por diversos autores como inserido na lógica atual do capitalismo como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, ou seja, como realizando a “modernização” do até então Estado patrimonial.

Ora, esses processos resultam também de opções econômicas e políticas que têm o mercado como portador de racionalidade e modelador das formas de organização social. Por outra parte, deve-se considerar o Estado em sentido amplo, como espaço de luta política e expressão da condensação de forças entre sociedade civil e política e de sua materialização no campo das políticas engendradas e materializadas pelo Estado na sociedade.

2.2 As políticas educacionais no Brasil e o papel dos organismos internacionais

A agenda internacional influencia nas agendas públicas no Brasil por intermédio de algumas instituições, tais como: o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU), as quais configuram-se como importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira. No campo educacional, esses interlocutores, particularmente o Banco Mundial, revigoraram a sua atuação no país a partir da década de 1980.

Na presente dissertação, vamos nos reportar à atuação do Banco Mundial, considerando a sua liderança no processo de reestruturação e abertura das economias aos novos marcos do capital sem fronteiras. Além dessa premissa geral, é notório o papel que esse organismo exerce no âmbito educacional na América Latina e, particularmente, no Brasil ao difundir, entre outras medidas, em seus documentos uma nova orientação para a articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização.

Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem reformas concernentes ao ideário atual do capitalismo; a ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural. Nessa direção, Soares afirma que:

Nos anos 80, a eclosão da crise de endividamento abriu espaço para uma ampla transformação do papel até então desempenhado pelo Banco Mundial e pelo conjunto dos organismos multilaterais de financiamento (...). De um Banco de Desenvolvimento, indutor de investimentos, o Banco Mundial tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias,

adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado. (Soares, 1996, p. 20)

A atuação do Banco Mundial no âmbito das políticas educacionais tem indicado o papel deste organismo internacional como importante interlocutor da política macroeconômica, em sintonia com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A redefinição da função do Estado no Brasil, por meio da adoção das diretrizes do Banco Mundial, segundo Leher (2001, p. 162), efetiva-se na medida em que “os empréstimos estão condicionados à adoção pelo país tomador das diretrizes dos organismos MEC o equivalente a uma subseção do banco, a convergência é completa”.

Ao analisar as políticas propostas pelo Banco Mundial para a educação, Coraggio (1996) indica como seu fundamento o reducionismo economicista presente nas proposições para a área educacional, cujo escopo se centra na visão unilateral de custos e benefícios. Desse modo, tal concepção de política assenta-se: na defesa da descentralização dos sistemas (ênfase no localismo, desarticulação de setores organizados...); no desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível; na realocação dos recursos públicos para a educação superior; na ênfase à avaliação e à eficiência, induzindo as instituições à concorrência; na implementação de programas compensatórios (programas de saúde e nutrição, por exemplo), onde se fizerem necessários; na capacitação docente em programas paliativos de formação em serviço, dentre outras orientações.

Esses indicadores revelam o caráter utilitarista presente nas concepções do Banco Mundial para a educação fragmentando, desarticulando a luta pela democratização da educação em todos os níveis, entendida como um direito social inalienável. Ao defender o princípio da priorização da educação superior como serviço, cujo foco é a redefinição do

papel da universidade, busca construir mecanismos ideológicos, sobretudo em países como o Brasil, que sequer garantiu a democratização do acesso à educação superior e a permanência nesse nível de ensino.

Ao priorizar a educação superior focada no ensino (colocando num segundo plano a pesquisa e a extensão), restrita à aprendizagem das habilidades cognitivas básicas, as propostas do Banco Mundial indicam que o discurso da centralidade do conhecimento, a despeito de enunciado, configura-se como um artifício de retórica e adesão às premissas do neoliberalismo, reduzindo o processo de formação a uma visão de racionalidade instrumental, tutelada, restrita e funcional ante o conhecimento universal historicamente produzido. Em contrapartida, essas políticas acarretam a secundarização de projetos de educação não-formal, o redirecionamento da educação profissional e o processo crescente de privatização da educação, especialmente da educação superior.

Neste sentido, é fundamental destacarmos as recomendações do Banco Mundial para a educação superior contidas no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), com prescrições claras: 1) privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, bem como, pela garantia de um padrão de qualidade a esse nível de ensino; 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos; 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; 4) eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação); 5)

diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não-universitárias, entre outras medidas.

É fundamental não perdermos de vista que alterações substantivas têm sido efetivadas na agenda da educação superior no Brasil na esteira desses preceitos, a despeito de mobilizações expressivas da sociedade civil organizada. Na agenda das políticas educacionais para a educação superior no Brasil, é particularmente notável a situação de aceitação (prevalente em alguns contextos) e resistência das prescrições internacionais, particularmente do Banco Mundial, como veremos a seguir.

2.3 As alterações jurídicas e institucionais no campo da educação superior no Brasil dos anos 1990 de FHC.

As políticas educacionais no Brasil, nesse contexto, vêm sendo balizadas por mudanças, destacando-se, sobremaneira, as de ordem jurídico-institucional. Na área educacional, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) colocam-se como passo decisivo nessas mudanças.

Nos anos 90, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são reorientadas por meio, entre outros processos, da reforma de Estado que, como explicitamos anteriormente, engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o

Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A tramitação da LDB é, nesse contexto, expressão dos embates travados no âmbito do Estado e nos desdobramentos por ele assumidos no reordenamento das relações sociais e das mudanças âmbito produtivo e tecnológico sob a égide ideológica da globalização da economia.

O texto da LDB, referência básica para a educação nacional, incorporou, ao longo de sua tramitação, vários dispositivos referentes à educação superior, objeto de projetos de Lei e de Decretos, de reforma constitucional, que reformavam *por dentro* a educação superior no Brasil, muitos deles fruto de embates desenvolvidos ao longo dos anos 1980. Esse controvertido desdobramento das diretrizes para a educação nacional e sua adequação às medidas do Ministério da Educação (MEC) levaram à caracterização da LDB como uma Lei de propostas reducionistas face às transformações da atualidade (Cunha, 1996). A análise das políticas para a educação superior, portanto, só pode ser entendida se considerarmos os vários instrumentos e mecanismos que preconizam a reforma desse nível de ensino e de sua relação orgânica com o processo de reforma de Estado em curso no Brasil.

A LDB, entendida como Lei Complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, com destaque para a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros, e foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam. Nesse contexto, é oportuno destacar: a Lei que determinou a mudança radical na escolha de dirigentes das universidades federais (Lei nº 9.192/95), alterando a composição do colégio eleitoral e permitindo recondução de reitores e diretores aos

respectivos cargos, a ser ocupados por docentes adjuntos ou titulares; a Lei nº 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, resultando, desde a edição da Portaria nº 249/96 do MEC, nos *exames nacionais de cursos* (ENC-Provão); o Decreto nº 2.026/96, definindo os procedimentos para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos.

Cury (2001) chama a atenção para as várias *vozes* presentes na legislação, cujos sons não são uníssonos e indica os eixos balizadores da LDB: flexibilidade e descentralização de competências que têm como contraponto a regulamentação dos órgãos normativos articulados à implementação de um sistema nacional de avaliação em contraposição ao Sistema Nacional de Educação.

A LDB estabeleceu, ainda, nas disposições transitórias (art. 87, § 1º) que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Plano Nacional de Educação (PNE), indicando diretrizes e metas para a *Década da Educação* (1996-2006).

Tal perspectiva sinaliza para a implementação de políticas educacionais para o país. A proposta de PNE do MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aprovada na contramão de intensa mobilização da sociedade civil, é reveladora dos seguintes indicativos de políticas para a educação superior: diversificação do sistema por meio de políticas de expansão da educação superior, a não-ampliação dos recursos vinculados ao Governo Federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação, ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da educação a distância. Destacam-se, ainda, no referido Documento, a ausência de mecanismos concretos de financiamento para a efetivação das

medidas, o que, certamente, resultará na concretização de novos formatos de privatização desse nível de ensino, respaldada pela interpenetração entre a esferas pública e a privada.

Ao analisar os processos de privatização, Gentili (1998) chama a atenção para as especificidades dessa lógica no campo educacional, sobretudo no que se refere ao fornecimento e ao financiamento dessas atividades. A dinâmica privatista no campo educacional, segundo Gentili (1998, p. 75), envolve três modalidades institucionais complementares, a saber: “1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); e 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total)”. Tais premissas, certamente, consubstanciam a organicidade das políticas para esse nível de ensino ao ratificar os princípios de diversificação das fontes de financiamento e diferenciação do sistema, balizados por um processo de avaliação e de crescente privatização da educação superior no país.

A avaliação da educação superior, centralização, diversificação e diferenciação são entendidas como um dos eixos estruturantes das políticas educativas contemporâneas (Afonso, 2000; Dias Sobrinho e Ristoff, 2000; Catani, Dourado e Oliveira, 2002) e vinculadas às mudanças econômicas e políticas mais amplas, indicando horizontes e perspectivas sociais, ideológicas e gestionárias. Na contramão de um processo avaliativo emancipatório, indutor do desenvolvimento institucional, as políticas de avaliação da educação superior no Brasil, de meados dos anos 1990, seguiram a padronização e a mensuração da produção acadêmica voltada, prioritariamente, para as atividades de ensino. Desse modo, a considerar o conjunto de ações desencadeadas pelo MEC para a educação superior, naquele período, deslinda-se uma orientação prática da União, qual seja, a de

centralização diretiva dessas políticas, caracterizadas também pela ausência de interlocução do MEC com os segmentos organizados da comunidade acadêmica e sindical.

É oportuno destacar, nesse contexto, a centralidade do sistema de avaliação de caráter criterial e normativo (Dias Sobrinho, 2002) no processo de reforma da educação no país, especialmente no tocante à educação superior. Esses processos avaliativos remetem a alterações nos processos de gestão e de regulação desse nível de ensino, permitindo ao Estado desencadear mudanças na lógica do sistema, que resultam na diversificação e diferenciação da educação superior e, conseqüentemente, provocam impactos na cultura das instituições, especialmente das universidades, permitindo a interpenetração entre público-privado.

Avaliações parciais como as efetivadas pelo Exame Nacional de Cursos (Provão) têm legitimado um *ranking* das instituições de ensino superior. Ao analisar o sistema de avaliação da educação superior vigente no Brasil até 2004, Catani, Dourado e Oliveira (2002) indicam quatro pressupostos para o debate: 1) o sistema de avaliação apresenta um processo de economização da educação que altera objetivos, valores e processos educativos no campo da educação; 2) o sistema de avaliação instituído amplia o poder de controle do Estado e altera significativamente a lógica de constituição do campo e o relacionamento entre as instituições de ensino superior; 3) as políticas de avaliação estão promovendo mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional. Por fim, esses autores (2002, p. 113) chamam a atenção para a avaliação como campo de disputa, ao sinalizarem que esta se constitui em um terreno de contestação importante.

Articulada aos processos de avaliação, a educação superior no país vivenciou, no período mencionado, claro processo de indução à diversificação e à diferenciação

institucional, cuja lógica estava consubstanciada na LDB e em dispositivos legais posteriores. Merecem destaque, especialmente, os Decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/2001, que flexibilizaram a estruturação da educação superior no país. Na prática, as políticas governamentais para o setor, ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função ensino. Como desdobramento desse processo, ocorre uma diferenciação institucional que acarreta, em mudanças na identidade e na função social das instituições de educação superior, que passam, por um processo de clara metamorfose institucional, ao ser alocada no setor de prestação de serviços.

As políticas de expansão da educação superior, nesse contexto, configuram-se por meio de movimentos assíncronicos, caracterizando esse nível de ensino como amplo e heterogêneo, permeado por práticas de natureza pública e privada, com predominância destas últimas. Nos últimos anos, esse processo expansionista foi deliberadamente conduzido pelas políticas oficiais, tendo caráter predominantemente privado, com a criação de novas IES, de novos cursos e formatos organizativos, reestruturação das IES, entre outras. Tais políticas têm resultado em um intenso processo de massificação e privatização da educação superior no Brasil, caracterizado pela precarização e possível privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, que teriam por norte a garantia de exercício dos direitos sociais.

A construção da educação superior pública como patrimônio da sociedade, entendida como espaço de construção coletiva, implica o alargamento dos seus horizontes

como espaço de formação ampla que não se restrinja à formação de profissionais *stricto sensu*.

2.4 . A Reforma da educação superior no Governo LULA

Tendo em vista o Plano de Governo para a Educação Superior, é perceptível que esta sofreu uma guinada importante no seu processo de desenvolvimento, a partir de 2003, tendo como pano de fundo uma virada também significativa nos rumos da economia nacional.

No âmbito das políticas públicas de educação superior, apesar da existência de um capítulo sobre este nível de ensino no Plano de Governo para a Educação (PGE) – *Uma escola do tamanho do Brasil* –, do qual se ocupou um grupo significativo de especialistas, que o discutiu em dezenas de seminários regionais durante mais de um ano, a regulação e controle da expansão do sistema de ensino superior, mormente de seu setor privado era um dos compromissos básicos, tal como pode ser observado no resumo a seguir:

a) promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF); b) consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país; c) expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; d) ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não-vinculados constitucionalmente à educação; e) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF).

Desses compromissos decorreram 25 propostas, que cobrem um amplo leque de ações e medidas a serem implementadas durante o mandato presidencial 2003-2006. Comprometia-se o futuro governo, em resumo, a: ampliar as vagas no ensino superior; resolver a questão da desigualdade da oferta regional de vagas na graduação e pós-graduação; buscar melhor oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondessem às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento; substituir o sistema de avaliação vigente (“Provão”); revisar carreiras e matrizes salariais de docentes e funcionários técnico-administrativos das IFES; ampliar a supervisão, pelo poder público, da oferta e expansão dos serviços públicos de educação superior prestados por IES públicas e privadas; aperfeiçoar e aplicar a atual legislação sobre reconhecimento ou renovação da condição de universidade atribuída às IES públicas ou privadas, com base em procedimentos definidos pelo sistema nacional de avaliação institucional, e redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento e para credenciamento e credenciamento das IES.

Cabe observar aqui algumas medidas, especialmente do ponto de vista legal, que marcam as ações federais no setor no período em pauta.

O momento pesquisado, marcado pelo processo de elaboração do Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior, foi antecedido, no Governo Lula, por quatro leis e um Decreto (*decreto-ponte*), que demonstram o clima de pressões políticas que, direta ou indiretamente, condicionam ou limitam o eventual desenho dessa futura Lei, que possui, entre seus objetivos, o fortalecimento do setor público e a regulação do sistema de ensino superior, em especial do seu setor privado/mercantil.

A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, criou o SINAES. Pretendeu o governo com essa Lei, a superação dos conhecidos limites no processo avaliativo em curso, particularmente, do Exame Nacional de Cursos (“Provão”) por um sistema mais complexo de ações de avaliação, entre as quais a avaliação institucional – interna e externa – e a realização de duas provas, com estudantes, uma na entrada e outra na saída do sistema, realizadas por amostragem.

A Lei n. 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, de 2 de dezembro de 2004, trata dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa Lei criou facilidades para a utilização dos recursos – físicos, materiais e humanos – das universidades pelas empresas, assim como a transferência de tecnologia daquelas para estas.

A Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública. Esta Lei prevê a parceria do Estado com empresas privadas, nas mais diferentes áreas da produção, comércio de bens e serviços de natureza pública e coletiva, isto é, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, e *serviços de educação e ensino*. Permite a outorga de recursos públicos à administração de entes privados.

Finalmente, a Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Esta Lei regulou a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

Dentre as medidas que visam conectar a avaliação e a regulação, destaca-se a edição de um longo (76 artigos) Decreto, o de n. 5.773, de 9 de maio de 2006, que “Dispõe sobre

o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino”.

Este Decreto, dada a presumível demora na aprovação do Projeto de Lei da Reforma enviado ao Congresso Nacional em 2006, visaria antecipar algumas de suas principais medidas. Dentre estas, a incorporação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), parte do SINAES, no processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos; a extensão aos conselhos profissionais da possibilidade de se manifestarem a respeito desse processo de reconhecimento de cursos;

As medidas administrativas, especialmente em relação à abertura e ao credenciamento de cursos e novas IES, foram importantes formas de implementação do Plano de Governo. O mesmo se pode dizer da criação de sete novas universidades federais e de 32 novos *campi* como forma de expansão das IFES e das vagas no setor público (federal).

O Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior distingue-se da legislação em vigor, antes de tudo, como já dito, pelo processo de quase um ano de discussão coordenada pelo MEC até sua terceira versão, tendo como interlocutores a comunidade acadêmico-científica, entidades de dirigentes universitários do setor público e do setor privado, entidades empresariais e de trabalhadores e movimentos sociais urbanos e rurais. Para a quarta versão (da Casa Civil), encaminhada posteriormente ao Congresso Nacional, os principais interlocutores influentes parecem ter sido o Ministério da Fazenda e do Planejamento, do que teria decorrido sensível redução dos avanços da versão anterior em relação tanto à questão da autonomia, quanto à do financiamento das IFES.

O grande eixo da versão anterior (terceira), do fortalecimento do setor público federal – pela via da autonomia de gestão financeira e financiamento, ainda que em

condições políticas conflituosas (denúncia do “mensalão”) é retomado nos mesmos termos na quarta versão, como se verá. A ênfase, nesta versão, mais do que na autonomia e no financiamento estaria posta na organização e nos marcos regulatórios do sistema federal de educação superior, público e privado, correspondendo, pois, apenas parcialmente aos princípios e orientações do Plano de Governo para este nível da educação.

A regulação e o controle do sistema federal público e privado, realizado pela Secretaria de Ensino Superior SESU/MEC se fundamenta na avaliação procedida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), já em fase de implantação.

A mais controversa das questões postas pelo projeto de Reforma da Educação Superior desde a sua primeira versão é a do financiamento da educação superior pública federal. Ela está presente no *caput* do artigo 43 da 4ª versão, em que se estabelece que “Durante o período de dez anos a partir da publicação desta Lei, a União aplicará, anualmente, nas instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação, nunca menos do equivalente a setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Sobre a questão do financiamento das IFES, é importante destacar a não-extinção das polêmicas fundações de apoio institucional, vistas por seus opositores como uma forma velada, mas muito eficaz, de privatização do espaço público e de implementação da *autonomia financeira* (Sguissardi, 2002b). A extinção era proposta na primeira versão do anteprojeto. Sob pressão, em especial dos dirigentes das IFES, por meio de sua associação nacional (ANDIFES), houve recuo oficial a partir da segunda versão. Na 4ª versão desaparecem as salvaguardas presentes na terceira, que visavam garantir o controle das IES apoiadas sobre o funcionamento dessas organizações privadas, quando, no artigo 61, das

Disposições Transitórias, previa-se alteração na Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, mediante adendo de um parágrafo ao seu artigo 2º.

A autonomia universitária a ser garantida por esta Lei deveria poder comportar e aprimorar as ações, atualmente necessárias, dessas fundações, quando as IFES ainda se encontram privadas do efetivo usufruto do estatuto da autonomia. Se, com o implemento da autonomia por essa futura lei, ainda persistirem obstáculos à plena participação das IFES autônomas em operações administrativo-financeiras, que hoje somente as fundações têm condições de executar e que sejam imprescindíveis à manutenção e funcionamento das IFES, talvez seja muito mais recomendável a abolição desses entraves por meio de Lei específica do que a convivência com os riscos anteriormente mencionados.

Como dito anteriormente, tem lugar de destaque no projeto o tema da regulação da educação superior no sistema federal de ensino. A ele são dedicados muitos artigos detalhando a função regulatória da União e os mecanismos a serem utilizados, entre os quais os que articulam as ações de avaliação do SINAES e de pré-credenciamento, credenciamento e credenciamento das IES e de autorização de cursos.

A diferenciação institucional, tão incentivada nas “recomendações” do Banco Mundial, é minorada, quando, no artigo 9º, é confirmada a classificação em universidades, centros universitários e faculdades. Todas as IES do sistema *deverão observar* um conjunto de diretrizes, cujas conseqüências para sua não-observância não estão muito claras na Lei.

Das universidades exige-se, entre outros:

I – estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos *dezesseis cursos de graduação ou de pós-graduação stricto sensu*, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes, sendo, pelo menos, *oito cursos de graduação, três cursos de mestrado e um curso de doutorado*; (...)

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV – metade do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores; e

V – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (art. 12; grifos nossos)

Enfatize-se igualmente o esforço de explicitar tanto as atividades-fim da universidade como sua indissociabilidade (artigo 13):

A universidade, no exercício de sua autonomia, deve promover concomitantemente:

I – geração de conhecimentos, tecnologias, cultura e arte;

II – disseminação e transferência de conhecimentos e tecnologias, preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental;

III – formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente; e

IV – articulação com a sociedade, visando contribuir por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento educacional, socioeconômico e ambiental sustentável de sua região.

Foram estas, em linhas gerais as principais questões que adquiriram relevância no processo de reforma da educação superior do atual Governo, as quais estiveram presentes nos debates vivenciados por sujeitos e instituições expondo suas concepções e posicionamentos nos embates então ocorridos. Elas indicam, assim, que o país, no contexto do referido Governo, não é apenas depositário das prescrições internacionais.

III. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1 Jornalismo e política na contemporaneidade

Esta dissertação legitima-se como momento de reflexão crítica, teórico-científica de discursos sobre a reforma da educação superior, por se tratar de um campo em torno do qual estão se produzindo discursos que, no seu bojo, pretendem impor uma concepção legítima de universidade pública e de seu modo de inserção na sociedade, traduzindo-se num espaço no qual existe uma proliferação de produções/práticas discursivas. Diversos grupos/atores/sujeitos, em situação de colocar em público sua concepção de universidade pública, participam das construções discursivas e, nesse sentido, se faz necessário selecionar os discursos que serão objeto do referido estudo (BORGES, 2007).

Tendo em vista que o nosso objeto de investigação relaciona-se à interação entre os meios de comunicação e a sociedade, e mais especificamente à discursividade destes meios relacionada à reforma da educação superior proposta pelo Governo Lula da Silva (foco da FSP), fizemos a opção por trabalhar com o procedimento teórico-metodológico da análise do discurso, considerando a relação do discurso com a sua exterioridade.

A exposição das políticas governamentais para a educação superior nos meios de comunicação leva à difusão de determinadas ênfases, temáticas e agendas que se destacam mais do que outras, induzindo a uma certa imbricação entre mídia e política, envolvendo situações de convergência e/ou divergência. Segundo Wolf (2003, p.145)

“a ênfase constante de certos temas, aspectos e problemas forma uma moldura interpretativa, um esquema de conhecimentos, um frame que se aplica (de maneira mais ou menos consciente) para dar sentido ao que observamos”

A relação entre mídia e política governamental é na atualidade um dos elementos mais significativos para a compreensão das novas configurações assumidas pela política educacional na contemporaneidade. Temos de um lado a imprensa que influi e é influenciada, comunicando idéias, comportamentos, valores; de outro o Estado, que já na época moderna, pode ser caracterizado como um *locus* comunicativo, pois, como momento singular da política, ele exige de todos seus atores investimento em comunicação, em suas estratégias, dispositivos e instrumentos. Afinal, trata-se de comunicar idéias e propostas, convencer, emocionar. A imprensa escrita, como outras formas de comunicação midiática, objetiva atingir grandes contingentes populacionais, particularmente em contextos de mudança quando a pluralidade dos grupos sociais e dos meios de comunicação de massa pautam um agendamento de temas (positivos e/ou negativos) que geralmente são compartilhados, sem muitas discrepâncias, apresentando muitas vezes regularidades nas formas de se publicizar.

Cabe à instituição jornalística executar papel de integrar a sociedade em um corpo coletivo, ou seja, “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por conseqüência, na construção da realidade”. (TRAQUINA p.26,). O conteúdo jornalístico atua como um recurso de ‘ligação’ social e afirmação de que a sociedade é um corpo com um mínimo de homogeneidade, cujos processos, situações, atores, temas e questões podem ser conhecidos por meio de relatos jornalísticos padronizados. O jornalismo funciona, assim, como construtor de um sentido entre atores e processos sociais, que é uma forma de manifestar um sentido de pertencimento a uma coletividade (proximidade física ou de identidade) e um sentido de orientação (instrumental), oferecendo recursos para o indivíduo se locomover em ambientes e

situações para os quais se exige uma competência avaliativa e procedimental, principalmente a respeito de questões públicas.

Sendo assim, o jornalismo é uma prática de mediação social, pois atua como mediador tanto na apresentação dos fatos para uma coletividade quanto na sua interpretação, estabelecendo relações específicas entre atores, temas, situações e contextos diversos na construção do texto noticioso. Além de levar os fatos a conhecimento público, o texto jornalístico estabelece relações de sentido para os fatos, inserindo-os num tempo e num espaço específicos que lhes dará coerência e unidade “organizando a sucessão das experiências humanas no cotidiano, o texto noticioso encena uma causalidade” (SODRÉ, 1996: 134).

Por ser socialmente reconhecido como um conteúdo da atualidade, o produto jornalístico, no seu conjunto, funciona, para o leitor, como um indicador relativamente seguro dos fatos sociais mais recentes, oferecendo um sentido de imediaticidade dos fatos. Mas não só. Um conteúdo é atual no jornalismo também porque ele apresenta um sentido de relevância pública, ou seja, compõe aquele leque de temas selecionados de conteúdos que são reconhecidos pelos indivíduos como indispensáveis para participarem da vida social, pois as notícias falam de fatos e temáticas que irão interferir no curso cotidiano da vida e de cujo conhecimento o indivíduo não pode prescindir. E este conjunto das coisas que são atuais compõem o grupo de situações, temas ou questões publicamente relevantes, pois a

“... a agenda pública também pode influenciar a agenda das agendas políticas e a agenda jornalística...os próprios acontecimentos podem intervir no processo de agendamento a todos os níveis, bem como nas ações de outros agentes sociais”.(TRAQUINA, 2001.p.26).

Pode-se considerar, no entanto, que, apesar da diversidade de conteúdos, a atuação dos meios de comunicação marca um sentido preferencial de tempo e realidade presentes se forem percebidos os vínculos de sociabilidade que a mídia possibilita: mesmo que os conteúdos se refiram a temporalidades diferentes do presente (arquivo), a mídia os presentifica, ao introduzi-los num processo de exposição pública, pois o ato de expor delimita uma nova marcação temporal: cria uma nova situação vivencial do presente, caracterizado pela emergência e/ou permanência em exposição pública de atores e conteúdos tecnologicamente mediadores do social (RUBIM, 1999: 134-137). O espaço público é, hoje, uma dimensão de sociabilidade cuja configuração depende, cada vez mais, dos recursos sócio-tecnológicos característicos dos meios de comunicação.

À medida que o jornalismo atribui relevância pública a um “acontecimento”, ele funciona tanto como um modo de reconhecimento dos eventos como jornalísticos quanto de investimento de sentido sobre os próprios acontecimentos. É um modo de reconhecer porque ajuda a identificar os eventos (e, conseqüentemente, os conteúdos) potencialmente jornalísticos daqueles que apresentam características diversas. Ao mesmo tempo, investe sentido a esses acontecimentos, pois, ao se tornarem conteúdos jornalísticos, eles assumem também uma carga de relevância pública, como discursos potencialmente necessários para os indivíduos participarem da vida pública. Neste sentido, de acordo com Fausto Neto (1999, p.16-19), as mídias têm muitas características singulares: estruturam e estruturam-se no espaço público; atuam no espaço público através de competências próprias; o processo de visibilidade que as mídias dão às diferentes falas produzidas pelo espaço público passa por um conjunto de “leis” e condições de produção internas ao seu campo; os diferentes campos sociais não dependem do campo midiático para sua existência, mas encontram nele

visibilidade e uma instância de legitimação; o campo das mídias cumpre o papel de articulador entre os campos sociais e não faz de forma passiva sua tarefa *mediatizadora*.

A noção de atualidade ligada a conteúdos que circulam nas organizações noticiosas (ou, em certa medida, nas indústrias midiáticas em geral) parece, então, caracterizar um modo de experiência da vida pública, aquela mediada por conteúdos produzidos pela mídia. Por ser socialmente reconhecido como um relato sobre a realidade e que, muitas vezes, pode ser confundido como uma representação fiel da realidade, o conteúdo jornalístico pode atuar de modo potencialmente mais intenso na constituição desta experiência.

Sabe-se, porém, que o jornalismo, como uma instância discursiva, produz sentidos sobre o mundo, em interação com os significados previamente existentes nele, operando dentro de um campo semântico que exercendo uma forma específica de seleção de conteúdos a serem tornados públicos, por meio de critérios classificatórios dos eventos denominados de ‘valores-notícias’, o jornalismo reforça sentidos já presentes na sociedade sobre situações, temas ou questões públicos e também acrescenta outros.

Ao dar visibilidade pública a determinados fatos, o jornalismo não só mostra ao seu ‘leitor’ que certos conteúdos possuem sentido de relevância para a vida social, mas também investe este sentido de relevância para estes eventos. A questão da atualidade jornalística pode, então, instalar-se no momento mesmo da veiculação pública dos conteúdos noticiosos, como um procedimento de enunciação. Se o ato de enunciação serve para afirmar como dado algo que ainda não se concretizou, o discurso jornalístico atua como presentificação de um futuro próximo.

Uma das formas de se perceber isso é quando o conteúdo jornalístico influencia a elaboração da “agenda pública” ao propor ou estabelecer agendas temáticas sobre questões que são socialmente relevantes. A atualidade jornalística, nesse caso, adquire um sentido de agenda pública porque representa a situação em que os leitores dependem dos conteúdos jornalísticos como ‘roteiros’ de questões ou formas de sua abordagem para que consigam se envolver com as questões e processos sociais propriamente ditos.

Outro teórico que segue essa tendência é Mouillaud (1997), que entende o espaço jornalístico como *articulador das falas* das fontes, instituições, do mundo simbólico de seus receptores, dos traços de valores, ideologias, culturas e história de vida de seus produtores. O trabalho jornalístico se caracteriza como articulador, engendrador de uma realidade, enfim, em um produtor de sentidos.

Como no campo jornalístico passam discursos de outros campos, com distintos interesses, ele desempenha um papel de *manejador*, de produtor de novas realidades. Para o autor, o jornal tornou-se “um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz”. (1997, p. 26). Mesmo com características e regras próprias, o campo midiático é compreendido como um lugar por onde passam discursos dos mais variados campos, construindo-se, a partir dessas complexas relações, o discurso jornalístico. O jornalismo resultaria, então, de uma *transação de falas*, como define Mouillaud (1997). O jornal, de acordo com sua filosofia, maior ou menor rigidez editorial e gráfica, demonstra mais facilmente ou não suas *vozes*, seja através das fontes, agências de notícias, colaboradores ou jornalistas.

Desta forma, defendemos que a atual reforma da educação superior apresenta-se não só como um locus de disputas de poder, mas também uma disputa discursiva, daí o caráter da referida reforma como acontecimento, para nós, privilegiado para o estudo e pesquisa sociológico da comunicação e de suas relações com a política.

3.2 Discurso e análise do discurso

O percurso analítico que objetivamos desenvolver explicita os caminhos e os percalços de um pesquisador que busca amadurecer seus conhecimentos. Por isso, o texto poderá expressar avanços e dificuldades em relação à compreensão e aplicação de alguns pressupostos da Análise do Discurso. Para exercitar a AD enfrentamos de início o dilema de encontrar um ponto de partida suficientemente capaz de enlaçar afinidades de três áreas: Educação, Discurso e Sociologia.

O que considerar no processo de constituição do *corpus*? Segundo Bauer e Aarts (2004), a constituição de um *corpus* constitui um procedimento sistemático de seleção, seleção que institui a própria base do trabalho. Ao discutir o processo de construção de um *corpus* nas ciências sociais, os autores sugerem, dentre outras proposições, que os materiais de um *corpus* tenham apenas um foco temático. Então, trabalhar com assuntos coletados a partir de um foco que tenha relevância teórica constitui uma das regras para a construção do *corpus*, na perspectiva dos autores citados.

Assim, de início examinamos na imprensa escrita brasileira o assunto ou a temática que ganha destaque e o veículo de sua difusão. A reforma da educação superior do Governo Lula é, sob a denominação de reforma universitária, um dos assuntos recorrentemente noticiados e explorados pela imprensa no Brasil, sobretudo a partir de 2004. Essa temática é

um “valioso” foco no processo altamente competitivo entre as grandes empresas da chamada “grande mídia”, que se transformaram desde o último século “[...] em organizações econômicas de grande escala, dirigidas para a produção e difusão da circulação em massa de bens simbólicos, e foram, cada vez mais, integrando-se em conglomerados de comunicações transnacionais diversificados.”²

Desse modo, após consultar diferentes jornais, percebemos que a referida reforma, já redenominada, tornou-se um mote de relevância considerável no trabalho da imprensa e não somente nela, mas também nos diversos canais de comunicação. Além disso, tratada em diferentes abordagens. Então, após selecionar algumas matérias jornalísticas a respeito do tema publicadas por diferentes instituições da imprensa nacional, o procedimento seguinte foi realizar uma rápida e superficial identificação dos enunciados analisados.

Após essa operação, optamos por tomar como unidade de análise o *Jornal Folha de São Paulo* em seu caderno *COTIDIANO*. O critério utilizado por adotar este jornal reside em três aspectos: 1. maior exposição das agendas públicas, principalmente no contexto do Governo Lula; 2. jornal de circulação nacional; 3. ampla vendagem e circulação. O que significa trabalhar com um documento difundido via imprensa? Os trabalhos de Nogueira (2002) e Mariani (1999) tecem algumas advertências que contribuem para pensar esta questão: é preciso considerar a imprensa como uma instituição social, que ocupa uma posição social, anuncia e reproduz memória e sentidos a partir deste lugar; é necessário levar em conta a heterogeneidade constitutiva dos discursos institucionais, uma vez que os mesmos passam a “[...] *existir a partir da historicidade que o[s] constitui[em] e essa*

² Thompson (1999: 327) apud Nogueira (2002, p. 224).

historicidade pode ser vista como resultante de processos discursivos que legitimaram e deram sentido às instituições” (NOGUEIRA, 2002, p. 223).

Essas considerações não destoam das contribuições teóricas e metodológicas de autores filiados a AD, como Orlandi e Maingueneau. Orlandi (1999) nos fornece importantes elementos teóricos e procedimentos voltados à constituição do *corpus*. Esse processo envolve inicialmente a identificação do material como discurso, o que significa a passagem da superfície lingüística, isto é, do material bruto para o discurso, ou seja, para o objeto analítico. Assim, o analista ao ter diante de si um texto veiculado pela imprensa pode entrar no seu processo discursivo, procurando no discurso marcas que permitam reconstituir o seu processo de produção.

Para Orlandi (1999, p. 59), o dispositivo de análise

[...] tem como características colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras

Para examinar um *corpus*, o analista, como afirma Maingueneau (1997, p. 14), não deve fazê-lo como se o mesmo “[...] tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica [...]”. Uma categoria importante para a AD, que elegemos como fundamental para o nosso trabalho de análise, consiste nas formações discursivas (FDs), pois as mesmas constituem o suporte teórico para pensar discurso como prática discursiva.

Como afirma Zoppi-Fontana (p.35), “[...] as FDs funcionam como ‘matriz’ para a produção do sentido e elas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura histórica determinada”. A mesma autora, concordando com

Pêcheux associa FDs ao “complexo contraditório-desigual-sobredeterminado” “[...] que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas[...]” (idem, p.196). Pelo que entendemos é necessário pensar a noção de sujeito e sentido a partir dessa categoria formação discursiva. Nessa perspectiva, sujeito não pode ser entendido como origem e fonte do dizer; e a noção de sentido “[...] *é produzido[a] materialmente a partir dos processos discursivos que delimitam/opõem as FDs que atravessam uma formação social.*”(idem, 1997, p.35)

É fundamental reconhecer que enunciador e enunciatário são interpelados e se constituem como sujeitos ideológicos, e no caso de nossa pesquisa, não podemos deixar de lado o caráter ideológico da imprensa. Como ressalta Mariani (1999, p. 112):

[...] “por contribuir na construção das evidências, a imprensa atua no mecanismo de naturalização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros”.

Mariani aponta ainda (1999, p.102): “[...] as forças políticas em confronto no momento histórico em que se divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias”.

Nessa perspectiva, outra categoria relevante para a análise do documento de referência é a categoria heterogeneidade discursiva. Procuramos desenvolver o nosso estudo concordando com os autores que consideram a presença do interdiscurso na enunciação, pois como aponta Maingueneau (1997, 119-120), isso leva o analista a “[...] *apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro.[...] toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra[...]*”.

A noção de interdiscurso é trabalhada, segundo Silva(2004), por Authier-Revuz como heterogeneidade enunciativa constitutiva. É o “discurso-outro” que não está de maneira explícita no texto, mas que constitui o “discurso-um”, o discurso atual. O interdiscurso em Maingueneau (1997) constitui:

[...] um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (apud Courtine e Marandim – em Silva, p.213)

Zoppi-Fontana (1997, p.37) considera o interdiscurso

“[...] o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade (exterioridade como uma memória do dizer que abrange o universo do dizível e que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-experimentadas)”.

Como aponta Silva (2004, p.208), seguindo Bakhtin, o discurso é sempre uma resposta como também exige uma resposta a outro discurso. *“O outro acaba sempre presente no enunciado de um sujeito, o que torna o discurso não uno, mas complexo, heterogêneo”.*

3.3. Van Dijk e as estruturas da notícia

Em nossa coleta e organização dos dados utilizamos a proposta de Van Dijk, autor reconhecido no âmbito da análise do estudo discursivo da imprensa. Ele propõe um critério técnico de coleta e organização dos dados enfocando as estruturas do discurso noticioso, em especial, o que denomina de organização *global* da notícia: as estruturas globais como

tópicos ou temas (estruturas temáticas) e os esquemas superestruturais (estruturas esquemáticas). Por estrutura temática, o autor entende “a organização geral de ‘tópicos’ globais sobre os quais versa um exemplar de notícia”. As estruturas esquemáticas, por outro lado, são usados para descrever a forma global de um discurso, sendo chamadas teoricamente de *superestruturas*.

A estrutura temática de uma notícia representa uma coleção de parágrafos, cada qual com uma unidade temática, apresentados em ordem relevância e de importância temática (VAN DIJK, 1990). A ordem de relevância “indica ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente no texto”. Van Dijk considera que a notícia possui dois níveis estruturais de organização, a saber, o temático (macroestrutura) e o esquemático (superestrutura). O modelo proposto por Van Dijk é fundamental para o presente estudo, na medida em que nos oferece categorias semânticas e esquemáticas que permitirão a abordagem das notícias, tomadas como discurso, no qual se relacionam reciprocamente suas dimensões textuais e contextuais.

Van Dijk (1990) defende que a forma textual da notícia em sua macroestrutura se dá de maneira hierarquizada, constituída por uma cadeia vertical de construtos, assim definida: Macroestruturas-Proposição-Microestruturas. Tais construtos são fundamentais para os fins de nossa pesquisa, oferecendo-nos os meios técnicos de coleta as categorias macro e micro-estruturais. São microestruturas os enunciados locais contidos na macroestrutura textual da notícia. Elas dão conta de um nível mais restrito do significado global de um texto. Van Dijk (1990) considera a relação entre macro e microestrutura correspondendo, respectivamente, ao todo e às partes textuais:

“Repetidamente hemos observado que las estructuras totales, abstractas, necesitan de las palabras y las oraciones, para realizarse o expresarse en un nivel local más concreto. Em este nivel local, también

distinguimos entre el significado y su expresión en las estructuras superficiales, como la palabra, las frases, las cláusulas y las formas oracionales”(VAN DIJK, 1990:92).

Entre os traços específicos da organização temática do discurso noticioso, destaca-se a manchete e o *lead*, pois, geralmente, ajuda a formular a macroestrutura hipotética de um item noticioso. Quando não cumprem esse papel, são formalmente ou subjetivamente, distorcidos, não são usados para exprimir ou inferir o tema ou tópico. Na perspectiva deste autor, no texto noticioso o tópico mais alto ou mais importante é apresentado na manchete, o topo da macroestrutura completa do texto é formulado pelo *lead*, e as sentenças ou parágrafos iniciais do texto expressam um nível ainda inferior da macroestrutura, apresentando detalhes importantes a respeito de tempo, local, participantes, causas/razões ou conseqüências dos eventos principais.

O segundo nível estrutural da organização da notícia, tomada como discurso, proposto por Van Dijk diz respeito ao seu caráter esquemático e consiste na descrição da forma global de um discurso. “*Téoricamente, explicamos los esquemas del discurso em términos de las así denominadas superestructuras*” (op.cit.: 80). Van Dijk salienta que as estruturas globais do texto jornalístico impresso são definidas por categorias e que tais estruturas apresentam uma relação direta com o significado global do texto numa relação forma e conteúdo ou macroestruturas e superestruturas.

À superestrutura (forma) cabe a organização da macroestrutura (conteúdo/sentido) nas associações estabelecidas entre ambas.

“La necesaria relación con otras estructuras del discurso se establece a través de macroestructuras semánticas (temas). Es decir, a fin de asignar una forma o esquema global a un texto, debemos relacionarlo con un significado global que pueda llenar esa forma o esquema” (VAN DIJK, 1990: 80).

Segundo Van Dijk os artigos noticiosos têm uma *forma* convencional, um esquema que organiza o conteúdo global que pode ser chamado tanto de *superestrutura* como de “esquema”. Essa superestrutura ou esquema é formado pelas seguintes categorias:

- **Manchete e o lead:** expressam diretamente as macroproposições de nível mais alto do discurso noticioso. A manchete é a primeira categoria, a que abre o discurso. Ambas funcionam como um sumário e são as categorias mais óbvias do discurso da notícia.
- **Reações Verbais:** refere-se às citações dos entrevistados presentes no discurso.
- **Evento Principal:** apresenta a descrição dos eventos que são propriamente a notícia.
- **Conseqüências:** organiza todos os eventos que são descritos como tendo sido causados pelo *Evento Principal*.
- **Comentário:** contêm conclusões, expectativas, especulações e outras informações sobre eventos no final da notícia, mas sua presença não é obrigatória.
- **Background:** informações que não fazem parte dos eventos noticiosos atuais tais como, história (eventos do passado e do presente), eventos prévios (evento específico que precede os eventos principais atuais podendo ser tomada como uma causa ou condição direta) e contexto (organiza a informação sobre a situação atual na qual o evento principal é elemento significativo).

O vínculo entre macro e superestrutura em uma notícia de jornal é estabelecido na manchete e no *Lead*. Nessas duas categorias, Van Dijk ressalta que encontramos o resumo

ou a introdução da notícia sendo que ambas funcionam como uma expressão direta da macroestrutura discursiva.

Através da análise de discurso podemos compreender o discurso dos meios de comunicação de uma maneira mais explícita, sistemática, onde os enfoques conteudistas e quantitativos desempenham um papel tangencial, não mais central como outrora. Inserido num marco sócio-econômico e cultural mais abrangente, Van Dijk considera o discurso dos meios de comunicação como uma forma particular de prática social e institucional. Através dos componentes textual e contextual poderemos levar adiante uma análise teórica das práticas discursivas, seja no âmbito da produção ou no da recepção. Neste sentido

el análisis del discurso abarca más que la mera descripción de las estructuras textuales... el discurso não é só texto, sino también una forma de interacción...em otras palabras, un análisis extenso del discurso supone una integración del texto y el contexto em el sentido de que el uso de um discurso em uma situación social es as mismo tiempo um acto social (Van Dijk, La noticia como discurso pág.52)

Por fim, ressaltamos, que tanto a Análise de Discurso, quanto o Jornalismo, possuem, cada um ao seu modo, campos específicos de atuação empírica e teórica, acreditamos ter aqui uma área de confluência em que se pode tomar legitimamente a notícia como discurso, por suas implicações de ordem contextuais e textuais. Essa área de confluência congrega tanto seus aspectos teóricos, quanto seus aspectos práticos. Ou seja, um discurso está mediando não somente uma práxis simbólica, tanto mais uma práxis social e histórica. É na dialogicidade dessa mediação que o discurso jornalístico se consubstancia e toma para si a condição de uma representação plausível para a realidade

social, tomando contexto e texto como partes integrantes e dialéticas de uma dada realidade.

3.4. Enunciado, formação discursiva e arquivo

Em nosso trabalho de pesquisa o discurso é constituído como objeto principal de análise, mas de uma forma muito particular. Aqui, os discursos, ou antes, as formações discursivas, são encaradas como campo de relação entre enunciados. Os enunciados, que remetem a um dito e a novos dizeres, são as unidades elementares dos discursos. Nesse sentido, embora de forma contínua aconteçam enunciados sobre reforma da educação superior, as regras de formação dos discursos se modificam com o tempo; são, pois, descontínuas. É tomando como documento fundamental os enunciados para, através deles, perceber as diferenças entre os discursos no tempo, que a arqueologia do saber opera. E de que forma se dá este estudo das descontinuidades discursivas? Ele incide, em essência, sobre os *arquivos*, na definição particular que Foucault lhes dá: o domínio das coisas ditas.

Foucault, (1972, p.146). chama de discurso “um conjunto de enunciados, na medida em que provém da mesma formação discursiva”. Essa é uma das inúmeras definições de discurso, presentes na obra *A Arqueologia do Saber* e, como todas as demais, não pode ser compreendida isoladamente.

Se ao demarcar uma formação discursiva revelamos algo dos enunciados, quando descrevemos enunciados procedemos à individualização de uma formação discursiva. Segundo Fairclough (2001, p.64), Foucault vê *a análise de discurso voltada para a análise de enunciados*. Portanto, como escreve Foucault, "a análise do enunciado e da

formação discursiva são estabelecidas correlativamente", porque "a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa" (1972, p.146). Mas o que é para ele uma formação discursiva? Por formação discursiva ou sistema de formação compreende:

...um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (Idem, p.82)

Quando Foucault (1972, p. 122) diz que o enunciado *tem sempre margens povoadas de outros enunciados*, afirma a ação do interdiscurso.

O nosso trabalho com a *Folha de São Paulo* foi constituir unidades discursivas a partir da dispersão dessas “*margens povoadas de outros enunciados*”, mostrando como determinados enunciados da reforma da educação superior aparecem e como se distribuem no interior de uma certa formação discursiva, sabendo que a sua unidade não é dada pelo objeto de análise. Na pesquisa sobre a reforma da educação superior impôs-se considerar a diversidade de documentos produzidos pelos meios de comunicação que podem constituir o arquivo de formulações em circulação. O nosso percurso de análise foi apreender os enunciados referentes à educação superior para destes chegarmos às FD’s e, assim, aos arquivos a partir das estruturas esquemáticas propostas por Van Dijk. Os enunciados (frases, orações e proposições) inseridos no texto do jornal FSP foram organizados segundo a metodologia deste autor e foram analisados na perspectiva foucaultiana do arquivo e do interdiscurso. Desse modo, diferente da frase, o enunciado não está restrito a uma estrutura

lingüística; diferente da proposição, o enunciado está no plano do discurso e não se resume aos atos de linguagem o que permite apreender “o que se produziu pelo fato mesmo de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas (FOUCAULT, 1972, p.104)”.

Com efeito Foucault propõe que a análise dos discursos identifique e descreva o percurso: enunciados – formações discursivas – arquivo. Para ele é nesse percurso que o enunciado toma *status* de ser considerado como enunciado discursivo e, desse modo, tornar-se relevante na análise. Compreendemos porque ele fez do enunciado algo como um acontecimento. Para Foucault “o objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos (2000,apud:Gaspar, 2004.p. 232).” O seu objetivo é identificar os enunciados discursivos, relacionando-os às formações discursivas, pois são estas que geram o sistema de arquivo. O enunciado, o acontecimento estão relacionados à escrita e à palavra. Para o autor, o enunciado é um acontecimento; é único e, ao mesmo tempo está aberto à repetição, à transformação; é um acontecimento por estar relacionado a enunciados que o precedem e o seguem. “Considerar o discurso como acontecimento significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem (Navarro-Barbosa, 2004.p.108).” É a noção de acontecimento que nos possibilita, como analista, considerar o enunciado como aquilo que em algum momento foi formulado e exteriorizado nas práticas discursivas.

O que nos interessa na perspectiva analítica de Foucault não é a análise dos textos em si, mas, sim o funcionamento dos discursos pois, “embora os enunciados estejam contidos nos textos, eles se encontram no movimento das transformações dos sistemas de formação dos discursos (GASPAR, 2004, p. 236).” Desta forma, um enunciado que surge

no jornalismo impresso sobre a reforma da educação superior tem vínculos com enunciados anteriores e posteriores a ele, visto que o referido discurso esteve presente em outras épocas e contextos, como também em outros registros, tais como revistas, jornais, mídia eletrônica, documentos oficiais e outros, o que justifica a consideração do arquivo.

Em nosso estudo buscamos em Foucault formas de análise de conjuntos discursivos, ou seja, os enunciados são utilizados na perspectiva de elementos de formações discursivas, entendendo estas como organização de enunciados. Passando pelos enunciados (inseridos nas estruturas da notícia) e destes às formações discursivas chegamos, neste percurso foucaultiano, ao conceito mais amplo de arquivo. A partir dele foi possível perceber as hierarquias dos conceitos (em termos analíticos), enunciados, discursos e formações discursivas. “O arquivo passa a ser, então, um lugar onde se torna possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade (SARGENTINI, 2004, p.91).” O arquivo é pois o centro em torno do qual gravitam os outros conceitos operatórios de nossa análise.

Assim, consideramos que a centralidade obtida pela reforma da educação superior nos textos da mídia, como qualquer outro, tem também uma história. Sabemos, por exemplo, que foi a partir do final do século XIX que se começou a falar de "universidade" como instituição que alia o ensino à pesquisa e que se relaciona à um projeto de nação. Mas, dada a abrangência do tema não é possível estudar que enunciados foram registrados sobre essa categoria "universidade" , desde que foi criada, tampouco de que posições e de que lugares se falava nas reformas universitárias, nas primeiras décadas do século XX, e menos ainda os momentos de transformação do discurso que se ocupa dessa temática, desde esse tempo até nossos dias. Partimos da dispersão dos enunciados que

circulam no presente pesquisando os seus efeitos de sentido nos discursos da reforma da educação superior no jornalismo impresso brasileiro.

Para nós, como analista, admitimos que a modificação dos enunciados implica a existência de um acúmulo, de uma memória, de um conjunto de já-ditos, de um arquivo. Dessa forma, qualquer seqüência discursiva da qual nos ocupemos conterá informações já enunciadas, decorrentes de um processo de reatualização e ressignificação do passado nos acontecimentos discursivos do presente. Assim, os enunciados analisados estão relacionados a efeitos de memória, ou seja, redefinições, transformações, esquecimentos, rupturas, negações, expressos em relações sociais e de poder.

IV. A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FOLHA DE SÃO PAULO

Neste capítulo iremos discorrer sobre exame das temáticas que mais se fizeram presentes na FSP no período 2004-2006: autonomia, financiamento e relação público-privado. Para isto fizemos a opção de utilizar um recurso técnico de coleta de dados proposto por Van Dijk, segundo o qual faz-se seleção das frases, orações e períodos das matérias jornalísticas, tomando como modelo a estrutura da notícia em suas partes (título, subtítulo, lead, comentários, reação verbal, entre outras). Na apresentação das temáticas procuramos explicitar as diversas posições a que os enunciados se filiam realizando uma análise do discurso orientada, teoricamente, pela perspectiva foucaultiana dos enunciados, das formações discursivas e arquivo.

O objetivo de nossa pesquisa consistiu em descobrir quais são as posições (os posicionamentos, as formações discursivas) que são expostas no conjunto do *corpus*, colocando em segundo plano o posicionamento da *FOLHA*, ou seja, quais ênfases, sentidos e sujeitos adquiriram maior relevância que outros.

4.1 AUTONOMIA

Nas definições de autonomia nos textos analisados observamos, inicialmente, que a proposta de reforma da educação superior formulada pelo Governo Lula, é concebida na FSP como reforma universitária. Assim, ao se referir à autonomia, a qualifica como autonomia universitária, sendo esta relacionada ao gerenciamento de recursos, contratos e concursos. A F. de São Paulo estabelece uma interrelação entre as fundações e a autonomia.

...Isso porque o anteprojeto divulgado anteontem pelo MEC prevê a autonomia das universidades para **gerenciar seus recursos, permitindo a elas, por exemplo, fechar contratos diretamente com governos e empresas.**

Hoje há também casos de universidades que utilizam as fundações de apoio para contratar pessoal por ser uma maneira mais rápida.

Com a autonomia para contratação, as universidades ficariam autorizadas a fazer concurso dentro de seu orçamento. (São Paulo, sexta-feira, 26 de novembro de 2004)

Em nossa perspectiva de análise percebemos que tal assertiva, na forma explicitada pela *FOLHA*, contém, em relação ao debate contemporâneo, um posicionamento político-ideológico permeado de uma discursividade que concebe a autonomia numa perspectiva gerencialista, administrativa, a qual será uma das formas de autonomia presente no Projeto de Reforma da Educação Superior em seu (art.15) relacionada aos seguintes pontos: didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial.

Desse modo, consideramos que estamos nos defrontando com uma prática discursiva apresentada por uma empresa jornalística que elenca uma função específica para a universidade como instituição voltada para a administração. Esta concepção indica a pertinência da observação de Chauí (2001,p.196) quando reflete sobre a possibilidade de a universidade transformar-se, no Brasil “...numa organização...numa entidade administrada, cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho”.

Além desta perspectiva, encontramos, no contexto do debate sobre a 1ª versão publicada em dezembro de 2004, a autonomia direcionada à polêmica sobre a mudança na autonomia das particulares em algumas matérias do jornal

Reserva de vagas e mudança na autonomia das privadas geram polêmica, mas devem ficar (**TÍTULO**)

O Ministério da Educação pretende não abrir mão de dois pontos previstos na proposta de anteprojeto da reforma universitária, que **vêm gerando polêmica**: a cota para alunos egressos da rede pública em universidades federais e a **forma sugerida de autonomia para as particulares**.
(São Paulo, sábado, 29 de janeiro de 2005).

Mais uma vez encontramos a temática da autonomia no *LEAD*. O **TÍTULO** e o *LEAD* mencionados relacionam esta temática à uma polêmica relativa ao entendimento do conceito de autonomia. Tal conceito será apresentado, ao longo da matéria, por intermédio do secretário executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE). É perceptível a posição do CNE colocando a autonomia como integrante da instituição e da comunidade universitária e não do proprietário, contrapondo-se à tentativa das mantenedoras de solaparem a concepção que caracteriza a universidade pública no que se refere à autonomia. Nesta perspectiva o artigo 207 da Constituição Federal “parece ter implícita a pretensão de confirmar um dado modelo de universidade, ou melhor, de confirmar a própria universidade como instituição e ideal de referência para o conjunto das IES, como anotam CATANI & OLIVEIRA, (2002, p. 79). Vejamos:

Em relação à **autonomia das universidades particulares**, o secretário-executivo afirma que podem ser negociados prazos para implantação.

"Hoje as instituições entendem que as mantenedoras têm autonomia. **O Ministério entende que a autonomia é da instituição mantida e da comunidade universitária, não do proprietário.**"

Mota compara o caso das federais para explicar a proposta. "A União faz o papel de mantenedora das universidades federais, e a autonomia fica com as instituições, não com o governo." (**F. de São Paulo, sábado, 29 de janeiro de 2005**).

Comparando com a matéria anterior, o posicionamento da Folha, quando relacionada à concepção de autonomia da universidade pública, faz-se por intermédio de uma voz do CNE, ou seja, não é a FSP quem está defendendo tal assertiva, o que lhe garante um distanciamento de tal posição.

A visão da concepção de autonomia como polêmica também está presente na matéria do dia 03/02/05, porém, o foco desta reside na atuação das instituições privadas, as quais representadas pelo Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação se posicionam em Documento contendo uma proposta de substituição do anteprojeto da reforma universitária, no qual

Criticam, principalmente, a forma prevista de autonomia para as universidades particulares, dizendo que não pode ser aplicada a mesma regra usada nas públicas. Consideram a gestão participativa uma "ingerência".

Aqui temos, claramente, uma abordagem das entidades privadas propondo uma distinção do conceito de autonomia para as entidades públicas e outra para as privadas. A crítica à gestão participativa relaciona-se à uma oposição ao Conselho Universitário, o qual está inserido nesta primeira versão “como forma de garantir a participação da sociedade nos assuntos da instituição universitária, relativos ao ensino, pesquisa e extensão” (BORGES, 2007, p. 195). Comparando com a matéria anterior na qual encontramos a transcrição da voz do Secretário-Executivo do CNE, temos agora o uso de uma citação direta extraída do citado Documento: “ingerência”; como também a transcrição do Presidente da Associação Nacional de Educação Tecnológica.

Além do mais, consideram a proposta de autonomia presente no projeto uma “ingerência” e um excesso de controle do Estado:

"Já há regulamentação até demais para as particulares. O MEC controla todas as atividades", afirmou Fernando Leme do Prado, da Associação Nacional de Educação Tecnológica. Integrantes do fórum destacam que entendem a urgência de implantar a **autonomia** das universidades federais, **mas dizem que poderia ser feito separadamente.**

A referida polêmica presente nas duas matérias é agora explicitada de forma mais clara no debate público/privado e será tal debate que irá influenciar o conteúdo e sentido das matérias seguintes.

O título da matéria do dia 27 de fevereiro de 2005 demonstra a interação entre o MEC, entidades e especialistas que conduzem a proposta inicial em função dos debates havidos. Entre as alterações está a regulamentação das fundações, tema já tratado na primeira matéria (26/11/04), aqui apresentada:

Após ouvir opiniões de entidades e especialistas, ministro Tarso Genro (Educação) diz que vai alterar cinco pontos do projeto original

Debates alteram a reforma universitária

A sugestão de alterar a regulamentação sobre as fundações partiu da Andifes, entidade que representa os reitores das universidades federais.

Essas fundações existem em quase todas as universidades públicas e muitas delas foram criadas com o objetivo de agilizar a captação de recursos e a manutenção das universidades. **(São Paulo, domingo, 27 de fevereiro de 2005)**

Não devemos esquecer que a concepção de autonomia desta última matéria, ao abordar a questão das fundações (no sentido como elas foram apresentadas pela Folha), se aproxima daquela do dia 26/11/04, relacionando-a a recursos e gerenciamento

“a redução progressiva dos fundos públicos destinados ao ensino superior deixou margem, ainda, para que outro tipo de ‘fonte alternativa’ de financiamento

passasse a estar cada vez mais presente no ensino superior público. Trata-se das fundações de direito privado que, nos anos de 1990, expandiram-se de forma significativa. (MINTO, 2006, p. 170).”

Observa-se, pois uma convergência, nesta questão, entre o MEC e ANDIFES Postura esta referendada sob condições mais adiante na mesma matéria de 27 de fevereiro de 2005 na voz do Ministro da Educação:

"Com a autonomia das universidades, que vai ser afirmada pela reforma, as fundações podem ser mantidas, desde que sejam totalmente transparentes e subordinadas às decisões do conselho superior da instituição", declarou o Ministro.

Como a proposta de alterar a regulamentação das fundações partiu da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), a sua manutenção fica subordinada à condição que possibilite transparência e controle por parte do Conselho Superior das respectivas universidades. A posição desta Associação difere da Associação Nacional de Educação Tecnológica (ver matéria do dia 03/02/05). A justificativa para tal posicionamento encontramos na seguinte passagem

Em alguns casos, no entanto, elas se tornaram estruturas de poder independentes dentro das próprias instituições. (São Paulo, domingo, 27 de fevereiro de 2005)

Esta passagem é fundamental para entendermos como as instituições federais de ensino superior são alvo de conflitos, que envolvem entidades públicas e privadas nas (re)definições do papel da universidade pública. Isto fica bem evidente se compararmos o seu discurso com o das entidades privadas.

Na matéria do dia 02/08/05 (**3ª Versão do Projeto**) o Presidente da ANDIFES destaca a importância de se implantar a autonomia administrativa das federais uma das formas de autonomia presente no Projeto de reforma da educação superior, a única citada pela FSP, até aqui.

Para o presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Oswaldo Baptista Duarte Filho, **seria importante o MEC antecipar a adoção de medidas visando ampliar a autonomia administrativa das universidades federais.**

Desta forma, apesar de a ANDIFES concordar com o controle do Conselho Superior sobre as Fundações, a FSP relaciona a posição desta entidade à captação de recursos e gerenciamento, ou seja, a ANDIFES, na versão da *FOLHA*, compartilharia de uma concepção de autonomia caracterizada pelo MEC, porém, restringindo-a apenas aos aspectos gerenciais e administrativos da autonomia que a Folha enfatiza. Isto fica mais claro na passagem seguinte referente à ANDIFES:

Cita como exemplo a possibilidade de as próprias instituições terem autorização para substituir, por meio de concurso, funcionários e professores que pedem demissão. Hoje, as federais precisam de autorização da União para isso, mesmo que esses gastos já estejam previstos no Orçamento.

Outra instituição que a FSP seleciona para apresentar sua proposta/concepção de autonomia é a Universidade de Campinas (UNICAMP), a qual direciona sua crítica à suposição de que o governo federal busca definir o que é autonomia, defendendo que esta não precisa de definição pois já encontra-se definida na Constituição Federal.

A Unicamp afirma também que a proposta busca definir o conceito de **autonomia** universitária, o que pode restringir as ações dessas instituições. A universidade entende que **a autonomia** não precisa constar em nenhuma lei, pois já está na Constituição. **(São Paulo, quarta-feira, 07 de setembro de 2005).**

"Autonomia é um princípio fundamental para o desenvolvimento de universidades como locais centrais do pensamento, da educação e da geração e crítica de idéias", diz o documento da instituição de Campinas.

Na segunda passagem, transcrita do Documento da UNICAMP, temos o conceito de autonomia como algo mais amplo e profundo, este vai ao encontro das concepções acadêmicas e de teorias que privilegiam uma concepção de universidade como instituição que produz conhecimento e forma quadros.

Por fim, encontramos nas duas últimas matérias apresentadas propostas da SBPC e ANDIFES propondo a regulamentação de instrumentos que venham contribuir para a efetividade de mais autonomia na gestão

Instituições pedem mais autonomia

Para os reitores das universidades federais, um ponto crucial para que a reforma universitária seja bem-sucedida na prática não está contemplado no projeto: **a regulamentação de instrumentos de gestão que dêem mais autonomia para os reitores. (São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006)**

O pleito de mais autonomia na gestão é endossado também pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e reconhecido pelo Ministério da Educação

A perspectiva da gestão, recursos e gerenciamento apresenta-se também no pleito destas entidades públicas, as quais exigem instrumentos de regulamentação ao MEC (ao Estado) e são apresentadas, pela FSP com uma convergência entre as três entidade citadas

Hoje, por exemplo, um reitor não pode tirar recursos de uma área em que eles estão sobrando para colocar em outra na qual há carência sem esbarrar em limites burocráticos. Ele também não pode aproveitar recursos que sobram... **MEC, SBPC e Andifes concordam que esses instrumentos não precisam, necessariamente, estar no projeto de reforma, mas é necessário regulamentá-los para dar mais agilidade à gestão das universidades federais.** (São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006)

Esta convergência entre instituições públicas é reforçada pela *FOLHA* a partir das vozes dos representantes das entidades

"Do ponto de vista dos instrumentos de gestão para os reitores, há certamente muita coisa ainda a ser feita, mas isso pode ser resolvido por meio de decretos e portarias. Sabemos que é preciso diminuir essas amarras e isso poderá estar contemplado em decretos que ainda estão em discussão", **diz Ronaldo Mota, do MEC.**

"**A questão da autonomia é, para nós, uma bandeira muito importante.** Para isso, são precisos mecanismos mais flexíveis que nos permitam usar melhor os recursos. A universidade até já tem autonomia constitucional, mas, na prática, isso não ocorre", **afirma o presidente da Andifes, Oswaldo Baptista Duarte Filho.** (São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006)

A mesma convergência é enfatizada na última matéria apresentada

Tanto o ministério quanto os reitores concordaram que é preciso também regulamentar, por meio de portarias ou decretos, **aspectos da autonomia da gestão** no dia-a-dia das universidades.

Hoje, por exemplo, um reitor não pode investir no ano seguinte recursos que sobraram de seu orçamento no final do ano. Ele também não pode contratar novos professores quando um docente se aposenta ou se demite. **(São Paulo, segunda-feira, 09 de maio de 2006).**

Partindo para uma quantificação dos atores selecionados pela *FOLHA* temos:

- 1) Transcrição das vozes: **CNE** (em 01 matéria, 29/01/05); **Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação** (na matéria do dia 03/02/05, duas vezes); **MEC** (na voz de Tarso Genro 27/02/05 e na de Ronaldo Mota 08/05/05); **UNICAMP** (em duas partes do dia 07/09/05); **ANDIFES** (voz do Presidente).
- 2) Destaque da *FOLHA*: **MEC** (26/11/04; 29/01/05; 27/02/05; 08/05/06; 09/05/06); **Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação** (duas vezes na matéria do dia 03/02/05); **ANDIFES** (27/02/05; 02/08/05; duas vezes na matéria do dia 08/05/06; 09/05/06); **UNICAMP** (07/09/05); **SBPC** (duas vezes na matéria do dia 08/05/06).

Em ambos os casos é perceptível a pouca presença das entidades representativas do ensino privado, o que indicaria ser a universidade pública a principal referência utilizada pela *FOLHA* em seu posicionamento.

A seguir abordaremos a temática referente ao financiamento, restrita na *FOLHA*, à universidade pública federal.

4.2 FINANCIAMENTO

A temática do financiamento esteve relacionada a diversas questões que a colocaram como objeto de calorosas discussões e desentendimentos que serão delineados ao longo do texto. Na matéria do *CADERNO COTIDIANO* dia 07 de dezembro de 2004, relativa à primeira versão da Reforma da Educação Superior, encontramos a seguinte passagem

O texto do MEC autoriza a Caixa Econômica Federal a criar uma loteria anual para programas de **manutenção de alunos de baixa renda em instituições federais**. Autoriza ainda as instituições públicas a aderirem ao programa Primeiro Emprego.

Nesta matéria percebemos um discurso relacionado a uma das bandeiras do atual governo: o discurso da inclusão social. O financiamento estaria, na perspectiva da FSP, funcionando como uma política educacional que daria sustentação à inserção de pessoas de menor poder aquisitivo nas *IFES*. O tema da inclusão social está presente no Projeto de Reforma da Educação Superior na parte referente às políticas afirmativas. Segundo BORGES (2007, p. 195-196) este é

“um tema que se sobressai...como alternativa de ampliar e democratizar o acesso às universidades públicas. De acordo com esta versão, as IFES devem elaborar e implantar, em conformidade com o seu PDI, programas e ações afirmativas, com o objetivo de promover a igualdade e a inclusão social (art 47).”

Seguindo a apresentação veremos que na matéria do dia 13 de fevereiro de 2005 uma diversidade de temáticas, discursos e vozes se posicionarão. Esta matéria adquire uma centralidade em nossa análise pois, será a partir das discussões nela inseridas que vislumbraremos uma pluralidade de temas e sujeitos que serão retomados, de alguma forma, nas matérias seguintes. Vejamos a princípio um título e subtítulo:

Para especialistas, lado bom (do financiamento das IFES) é **garantir investimentos**; lado ruim é **reduzir a parcela destinada ao ensino básico** (TÍTULO)

Verba maior para federais divide opiniões (SUBTÍTULO)

Logo no Título encontramos uma polarização, o que é admitido pelo jornal quando remete no subtítulo à divisão de opiniões a respeito da questão e que constitui indicador do quão conflituosa é tal temática. Além disto O termo “especialistas” remete a dois fatores: 1) o uso do discurso competente, autorizado; 2) a FSP utiliza do discurso de especialistas para

se posicionar discursivamente. Seguindo encontramos no *LEAD* um melhor delineamento do que foi citado no título:

Há uma maneira positiva e outra negativa de ver as propostas de **financiamento** do ensino superior contidas no projeto de reforma universitária apresentado pelo MEC. **A forma positiva é que os gastos com as universidades federais crescerão consideravelmente. A maneira negativa é, também, que os gastos com essas instituições aumentarão.**

Temos aqui duas abordagens de financiamento, uma como gastos nas IFES e outra como gastos das IFES, ou seja, financiamento visto como gasto e não como investimento em educação pública superior, tal como sugerido no título da matéria. A seguir percebe-se o discurso de objetividade da *FOLHA* ao selecionar a autoridade de especialistas para abordar o financiamento porque, para os especialistas ouvidos pela Folha, “*o aumento dos gastos com as universidades federais poderá ser positivo ou negativo, dependendo da maneira como a verba será empregada.*”

Os especialistas (discurso competente, autorizado) que serão citados são Simon Schwartzman (acadêmico e ex-presidente do IBGE) e Cláudio de Moura Castro (ex-chefe de Divisão de Programas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID e articulista da revista VEJA), os quais, segundo a FSP, compartilham da seguinte idéia: que haverá uma elevação de

R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,3 bilhões nos gastos federais em ensino superior, excluindo as aposentadorias. **Um salto de 31%.**

Ao longo da matéria será retomado o discurso da polarização presente no TÍTULO e no *LEAD*, sendo que agora apresentado com argumentos específicos relacionados primeiro às garantias de se investir em educação superior

O lado bom dessa notícia é que, se aprovado da maneira como proposta pelo MEC, **a reforma universitária garantirá às universidades federais condições de aumentar a oferta de matrículas, melhorar sua infra-estrutura, contratar mais professores e ainda ter a garantia de que, de um ano para o outro, seu orçamento nunca diminuirá.**

E, depois aos prejuízos por se adotar tais medidas, como:

O lado ruim é que, ao aumentar os gastos com ensino superior, o governo federal acaba **diminuindo a verba do ensino básico**. Pelas contas, o aumento de cinco pontos percentuais no bolo que vai para as universidades federais será obtido graças à redução, na mesma medida, da verba destinada ao ensino básico.

O financiamento é apresentado como um fator problemático, conflituoso para o ensino básico, no sentido de os recursos alocados no ensino superior significariam diminuição de recursos na educação básica, e apresentando a proposta com um impasse ou como constituindo um dilema no atendimento dos dois níveis de educação. Este viés será reforçado na apresentação feita pela FSP (utilizando de transcrições das vozes dos especialistas selecionados) do posicionamento de três intelectuais, de instituições diferentes, com discursos convergentes. O primeiro é Cristovam Buarque para o qual

"Se for aprovada (a proposta), o presidente Lula assinará uma lei que **vai impedir que os próximos presidentes invistam mais de 25% em educação básica**. O dinheiro que as universidades tem hoje não é muito, mas essa lei pode durar 30 anos"

E depois:

Schwartzman e Moura Castro, em artigo publicado pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, fazem o mesmo questionamento: "Há que se ver o que resultará como **redução de recursos para outras áreas mais necessitadas**, se os recursos totais para a educação não aumentarem de forma muito significativa nos próximos anos, o que é improvável, dado que eles já absorvem cerca de 5,5% do PIB".

Em outra parte da matéria intitulada "Ponto positivo" o **discurso do investimento** em educação superior é reforçado na voz do Reitor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz:

"O Brasil investe proporcionalmente pouca verba pública no ensino superior. Se descontarmos o custo das aposentadorias e de manutenção dos hospitais universitários, o percentual do PIB brasileiro alocado no ensino superior público não passa de 0,6%. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), esse percentual é três vezes maior (1,8%)."

Além disso, o dilema entre ensino fundamental e superior para Brito Cruz já teria sido solucionado, pois

"Está na lei: a principal fonte de recursos para o ensino fundamental são os municípios. Para o ensino médio são os Estados. À União cabe prover, fundamentalmente, as instituições superiores de ensino."

Diga-se de passagem que nesta matéria a única voz favorável ao financiamento em educação superior pública foi a de Brito Cruz.

Fechando esta segunda parte da matéria, temos a voz do ex-ministro da Educação, Paulo Renato, enfocando outras questões, agora relacionadas à qualidade. Vejamos:

"O aumento dos recursos para as universidades federais é sempre desejável, mas resta saber se o Ministério da Fazenda considera um aumento dessa grandeza razoável. Além disso, **estão garantindo**

mais recursos para as federais sem nenhuma exigência de qualidade. Se uma instituição diminuir o número de alunos por decisão do sindicato, continuará com a garantia de que não terá diminuição de recursos", diz Paulo Renato.

Estrategicamente, Paulo Renato, direciona seu discurso a um possível conflito entre o MEC e o Ministério da Fazenda. Tal conflito será abordado pela FSP na matéria do dia 02 de junho de 2005.

Esta matéria é rica em posicionamentos do papel do Estado em relação à universidade pública, ao financiamento, sendo este apresentado pela Folha por intermédio de pessoas autorizadas e reconhecidas no âmbito acadêmico e político, o que indicaria a relevância a ela atribuída.

A matéria do dia 31 de maio de 2005 (2ª VERSÃO DO PROJETO) aborda o financiamento vinculando-o à temática da assistência estudantil, a qual encontra-se na segunda versão do Projeto de Reforma da Educação Superior, abordando os seguintes aspectos: bolsas de fomento, moradia, restaurantes, auxílio transporte e auxílio saúde, entre outras (art.57).

*“Em relação às instituições federais, uma das mudanças é a ampliação de medidas voltadas à assistência estudantil. **Ficam vinculados pelo menos 5% dos recursos de custeio das federais para assistência estudantil.**”*

Encontramos na matéria do dia 02 de junho de 2005 a abordagem do financiamento relacionada, mais uma vez, à polêmica desta vez entre o Ministro da Educação Tarso Genro e o Ministro da Fazenda Antônio Palocci. Esta polêmica relaciona-se à proposta de se direcionar parte da dívida dos Estados e Municípios para a expansão do ensino superior. Logo no Título temos

Ministro diz que proposta de converter dívida para educação "não contribui em nada"; para Genro, é "discussão lateral"

Palocci faz críticas à reforma universitária

A seguir no *LEAD* constata-se tal polêmica, como também a utilização do termo investimento (em vez de gastos) relacionado a financiamento

Pela segunda vez em menos de três meses os investimentos para área educacional voltaram a ser **motivo de polêmica** entre os ministérios da Fazenda e da Educação. **Agora, a divergência está na proposta, incluída na reforma universitária**, que abre brecha para Estados e municípios solicitarem a conversão de parte de suas dívidas com a União em troca de expansão do ensino superior.

Após isto, a *F. de São Paulo* utiliza as vozes dos respectivos ministros reforçando, o choque, o conflito presente entre integrantes do Governo Lula. Vejamos:

Ontem, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, **reforçou a posição contrária da equipe econômica sobre a proposta**. Apesar de negar choques com a Educação, Palocci disse que "mudar os critérios desses contratos não contribui em nada, nem com a educação nem com a saúde nem com nenhum programa social".

Mais cedo, Tarso Genro (Educação) havia divulgado nota em que afirma não haver **"nenhuma comprovação empírica, nenhum precedente histórico e nenhum suporte teórico, acadêmico ou não, que aponte que investimentos em educação, de qualquer natureza, sejam prejudiciais à saúde macroeconômica do país"**.

No decorrer da matéria a FSP faz uma contextualização, na qual inclui mais uma voz, a do secretário de Política Econômica da Fazenda, Bernard Appy:

*“A polêmica começou anteontem, quando o secretário de Política Econômica da Fazenda, Bernard Appy, afirmou **que a proposta era "inadequada".**”*

Mais uma contextualização é utilizada, desta vez utilizando-se do Ministro da Educação

Na segunda versão do projeto de reforma universitária apresentada na última segunda por Tarso Genro, o MEC incluiu um artigo em que prevê a possibilidade de a União investir nas redes estaduais e municipais de ensino superior por meio de convênios e consórcios.

Após estas duas contextualizações, explicitadas de forma divergente, mais uma vez temos o destaque aos dois posicionamentos conflitantes dos dois ministros. No caso de Palocci o discurso contrário direciona-se ao cumprimento dos contratos (dívidas dos Estados e Municípios com a União), coloca em dúvida a autoria do MEC na inclusão da referida proposta na 2ª versão do projeto de reforma da educação universitária e por fim, afirma que o cumprimento dos contratos é a garantia de se obter mais recursos para a área social

"Sou contrário a colocar a questão da dívida sob qualquer outro aspecto que não os contratos [das dívidas]", disse Palocci. E completou: "Não entendo que a reforma universitária esteja propondo isso. Há um debate sobre o assunto. [...] Não me parece que seja uma proposta feita pelo MEC". Palocci reafirmou que o respeito aos contratos é uma posição "tradicional" do governo e acrescentou que a estabilidade no tratamento das dívidas dá condições para o governo garantir recursos para outros setores. "A estabilidade desses contratos e a redução da dívida pública são os elementos que dão condições para o governo progressivamente ter mais recursos para a área social", disse.

No que concerne ao Ministro Tarso Genro a *FOLHA* destaca o direcionamento de seu discurso sobre a reforma da educação superior como uma política de Estado

Em entrevista no Palácio do Planalto, Tarso Genro classificou de "discussão lateral" a polêmica com a Fazenda. "A reforma do ensino superior é um todo harmônico de alta qualidade, que não se presta a discussões laterais. **É uma discussão que incide sobre política de Estado, e não política de governo**", disse ele.

Nesta matéria, a F. de São Paulo enveredou por uma equilibrada apresentação das divergências entre os dois ministros, apesar da utilização que faz do discurso de Bernard Appy favorável ao posicionamento de Palocci. O mesmo não ocorre com Tarso Genro, que fica em cena sozinho. O discurso de Palocci envereda num sentido econômico-administrativo, enquanto o de Tarso Genro incide no papel do Estado como responsável pela Educação Superior, papel este presente no Projeto de Reforma da Educação Superior.

Dois meses mais adiante na matéria do dia 30 de julho 2005 (3ª VERSÃO) encontramos tanto a cobrança por mais recursos, como o apoio ao anteprojeto da reforma da educação superior, feita não somente pelo Ministro, mas também pela ANDIFES e pela UNE, ou seja, a *FOLHA* insere outras vozes que, por sinal, apóiam o projeto

Ao entregar o anteprojeto ao presidente, último ato de Tarso na pasta, o ex-ministro disse que **a proposta era um produto do diálogo social**. Em seguida, ouviu o presidente da Andifes (associação dos reitores das federais), Oswaldo Baptista Duarte Filho, e o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Petta, **reivindicarem mais recursos para as federais, apesar de reafirmarem apoio à reforma**.

A passagem anterior destacada pela FSP em relação ao diálogo social consta no item 2. do documento "Exposição de Motivos – Anteprojeto de Lei da Educação Superior":

Há um ano, o Ministério da Educação vem empreendendo esforços para construir uma proposta de lei da educação superior, contando com a colaboração de cerca de duas centenas de instituições, das comunidades acadêmicas e científicas, de entidades empresariais e de trabalhadores, e de movimentos sociais urbanos e do campo. A conduta adotada pelo Ministério, seguindo diretriz estabelecida pelo Presidente Lula, assinala a opção por um processo democrático e plural em que cada reunião renova a complexidade do tema e legitima o esforço em favor do debate.

A seguir, na mesma matéria, a voz do presidente da ANDIFES é outra vez citada relacionando os recursos à expansão, um dos temas do projeto no art.43, das IFES

"Os recursos devem ser compatíveis às atribuições de expansão sob pena de mantermos a degradação dos últimos anos", disse Duarte Filho.

Pela terceira vez, desde que se iniciou o debate público sobre a proposta de reforma da educação superior, o financiamento é vinculado à uma polêmica, tal como ocorre na matéria do dia 18 de janeiro de 2006:

“Um dos pontos polêmicos do texto da reforma universitária (grifo nosso) é a subvinculação de recursos da educação para o ensino superior, que vinha sofrendo resistência da equipe econômica.”

É importante frisar as circunstâncias em que isto ocorre, as quais são especificadas pela *FOLHA* mostrando as cobranças dos Reitores ao Presidente da República em relação às condições necessárias à expansão (discurso da expansão) das IFES

Por outro lado, **Lula ouviu dos reitores a cobrança pela contratação de mais docentes e funcionários administrativos para suprir as 1.750 vagas de professores destinadas à expansão da rede pública.** Em 2005, foram autorizadas 4.000 contratações, das quais 2.200 para unidades existentes. Até 2007 serão criadas dez universidades, além da expansão de 42 campi -a

Andifes (associação dos reitores) reúne 55 instituições federais de ensino superior.

Ao final desta citação especifica-se o número de instituições que a ANDIFES representa, indicando o reconhecimento pela *FOLHA* do poder de atuação e mobilização desta associação.

Quase quatro meses depois (4ª VERSÃO), a questão do financiamento das IFES volta à tona, agora relacionada à garantia de subvinculação de recursos já vinculados à educação dada pelo Ministro Fernando Haddad:

O ministro da Educação, Fernando Haddad, no entanto, já antecipou algumas decisões do governo. **A principal delas foi a garantia de que ao menos 75% dos recursos que a União tem que, obrigatoriamente, investir em educação terão que ser destinados às instituições federais de ensino superior.** Hoje, são 70%. (São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006)

Nesta mesma data a temática do financiamento é tratada pelo jornal salientando os critérios (vale lembrar que a relação financiamento-avaliação constará da última versão enviada ao congresso) que influenciarão no recebimento de mais verbas pelas as instituições.

...o texto final enviado ao Congresso estabelecerá alguns critérios que deverão ser levados em conta no momento de decidir quais instituições terão mais verbas para programas de expansão.

Entre esses critérios, estão número de concluintes, diplomas expedidos, relação de alunos por professor, produção científica em revistas indexadas, registro e comercialização de patentes e oferta de cursos noturnos.

Ao longo da matéria algumas vozes foram posicionadas enfocando aspectos diversos, mas não divergentes. No caso do Secretário Ronaldo Mota o discurso apresentado pelo jornal dá ênfase à formação de uma comissão para decidir sobre os rumos dos recursos

"Haverá uma comissão composta de membros indicados pelo ministro e pelos reitores que decidirá como os recursos serão definidos, levando em conta esses e outros critérios que podem surgir -como a necessidade de investimento em cursos de licenciatura."

Dessa forma fica, igualmente, patente que a temática da expansão está atrelada ao financiamento da universidade pública concebido como investimento

"Tais recursos, no entanto, não são os de gasto com pessoal ou de manutenção da universidade, mas sim o excedente que será investido na expansão do sistema", diz.

Por sua vez, a *FOLHA* ao trazer a voz do presidente da ANDIFES, Oswaldo Batista Duarte Filho endossa que não será novidade a implementação dos critérios pois,

"Na matriz de distribuição de recursos federais para as escolas, **já havia indicadores de qualidade.** Mas é bom que estejam no projeto pois já os levamos em consideração".

Mas, por outra parte, lembra na voz do ex-membro do Conselho Nacional de Educação Jacques Schwartzman que os critérios selecionados podem interferir na qualidade acadêmica, pois

"A escolha dos critérios não é neutra e expressa um entendimento sobre o papel da universidade e de seus caminhos desejados", afirma.

Aqui a FSP explicita uma politização dos critérios, no sentido de que não são meramente técnicos, mas expressam um posicionamento ideológico, um sentido referente ao papel da universidade naquele contexto. Temos aqui uma discussão relacionada à avaliação, a qual segundo LEITE (2005. p. 15) “não é um ato neutro e universal. Não se avalia tecnicamente uma instituição como a universidade sem, com isto, incidir em um pressuposto político e filosófico sobre as concepções de mundo e de sociedade”.

Na penúltima matéria considerada para este estudo é retomada a temática dos percentuais a serem investidos nas IFES, o prazo de sua vigência e fiscalização, os quais estão inseridos no referido Projeto. Vemos isso tanto no TÍTULO,

“Repasse de ao menos 75% dos recursos destinados à educação consta do texto da reforma universitária

Gasto mínimo em federais valerá por 10 anos” (São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006)

como no *LEAD*:

“A garantia de que ao menos 75% dos recursos da União que são obrigatórios para a educação sejam investidos anualmente em instituições federais de ensino superior valerá por dez anos e sua fiscalização acontecerá de quatro em quatro anos.” (São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006)

Nesta quarta versão o financiamento das IFES é formulado assim:

“durante o período de dez anos, contados a partir da publicação desta Lei, a União aplicará, anualmente, nas instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação, nunca menos do equivalente a setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino” (art. 43).

A seguir, a FSP faz um comentário utilizando-se de trechos da última versão do Projeto da Educação Superior:

Na última versão divulgada pelo Ministério da Educação, essa garantia mínima de investimento de 75% dos recursos nas instituições federais não vinha acompanhado de um prazo. Também não havia um parágrafo que previa que "a aplicação de que trata o caput [da subvinculação de recursos] será apurada a cada 4 (quatro) anos, a partir da publicação desta lei". (São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006)

Continuando a matéria a *FOLHA* reporta, novamente, a preocupação dos reitores com a expansão das IFES:

Como no projeto o aumento de gastos com pessoal ativo entrará na conta desse mínimo de 75% a ser investido, os reitores temem que esse aumento no percentual que lhes cabe [hoje é de 70%] não seja suficiente para garantir os projetos de expansão. (São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006)

Ao final temos a apresentação da argumentação do MEC respondendo à preocupação dos Reitores:

O MEC argumentou com os reitores que, segundo cálculos do próprio ministério, a verba de custeio das universidades cresceu de R\$ 550 milhões para R\$ 1,1 bilhão nos últimos quatro anos. Com isso, as instituições federais já partiriam de um patamar melhor do que o verificado no passado. O ministério estima ainda que, com o aumento do percentual mínimo de 70% para 75%, haverá um acréscimo de R\$ 1 bilhão nos primeiros anos, podendo chegar a mais de R\$ 2 bilhões em 2009 caso a arrecadação federal cresça. (São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006)

Por fim, na última matéria estudada temos o relato do posicionamento do presidente da SBPC, que considera um avanço a aplicação e garantia de recursos nas IFES, como também a importância de uma regulamentação para o financiamento

Um discurso menos crítico também partiu do presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ennio Candotti. Para ele, a garantia de **recursos mínimos a serem aplicados nas universidades federais** é um grande avanço, desde que isso venha acompanhado de uma regulamentação à parte que **garanta mais autonomia à gestão dos reitores de universidades federais. (São Paulo, quarta-feira, 10 de maio de 2006).**

Partindo para uma quantificação dos atores selecionados pela *FOLHA* temos:

- 1) Transcrição das vozes: **Especialistas** (em quatro matérias); **Cristóvam Buarque** (uma matéria); **MEC** (na voz de Tarso Genro em três matérias e na de Ronaldo Mota uma matéria); **Reitor da UNICAMP** (em duas matérias); **Ex-Ministro da Educação Paulo Renato** (uma matéria); **Ministro da Fazenda Pallocci** (duas matérias); **ANDIFES** (duas matérias); Secretário de Política econômica da Fazenda (uma matéria);

- 2) Destaque da *FOLHA*: **MEC** (em cinco matérias); **Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação** (duas vezes na matéria do dia 03/02/05); **ANDIFES** (duas vezes); **SBPC** (uma vez); **UNE** (uma matéria); **REITORES das IFES** (em duas matérias); **Ex-Ministro da Educação Tarso Genro** (em três matérias); **Ministro da Fazenda Antônio Pallocci** (em duas matérias);

Mais uma vez é notável a pouca presença das entidades representativas do ensino privado, o que indicaria ser a universidade pública a principal referência utilizada pela *FOLHA* em seu posicionamento.

À semelhança da redenominação do projeto da reforma da educação superior por reforma universitária, realizada pela FSP, a temática do financiamento se restringe ao financiamento da universidade pública federal.

Passaremos agora à abordagem da relação público-privado que permeou os debates e conflitos explicitados pela FSP

4.3 RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

Na matéria do dia 22 de julho de 2004 (anterior à primeira versão do projeto, porém no contexto dos GTs'), encontramos (em comentários/avaliações) o primeiro posicionamento, da FSP, em relação ao controle das entidades privadas “Além disso, **métodos mais eficientes de controle e avaliação da qualidade de ensino nos cursos superiores seriam necessários**”. A seguir, na mesma matéria, temos a inserção da SBPC no discurso da FSP, inclusive na voz de seu presidente

Para isso, a SBPC defende a criação de uma Agência Nacional de Acompanhamento do Ensino Superior. **"Seria uma espécie de "vigilância sanitária", brinca Davidovich, "uma maneira de controlar a "privataria", usando o termo para se referir à expansão das instituições privadas de ensino.**

Percebemos o uso de termos (“vigilância sanitária”, “privataria”) que remetem à idéia da falta de qualidade e da necessidade de se eliminar a contaminação mercadológica que atinge as instituições privadas por estas estarem mais comprometidas com o lucro.

Alguns meses depois, na matéria do dia 07 de dezembro de 2004 (1ª VERSÃO), a temática da relação público/privado é retomada, quando volta à tona a criação de um

Conselho Universitário. Esta temática engendra todo um movimento político-ideológico de posicionamentos relacionados à concepção de universidade pública e privada. As entidades representativas do ensino superior privado discordam da inserção dos Conselhos Universitários nas instituições de ensino. Logo no TÍTULO temos: “*Proposta do MEC prevê conselho em instituições*”. E no LEAD:

A proposta do Ministério da Educação para a reforma universitária prevê a criação de um conselho superior em cada instituição, responsável pela elaboração de normas acadêmico-administrativas.

Os conselhos deverão ter representantes dos professores, alunos, funcionários e comunidade. A mantenedora não poderá contar com mais de 20% de representação.

Este é o posicionamento do MEC, segundo a *FOLHA*, relacionado à provisão de normas acadêmicas. Um discurso que compartilha desta concepção, selecionada pela FSP, vem do Conselho Nacional de Educação (CNE), que diferente do MEC aborda a questão da regulação na perspectiva de regras a serem observadas, vejamos:

Regulação

O secretário-executivo do CNE destaca que um dos avanços da proposta do ministério é **a regulação do ensino superior no Brasil, que vem acompanhada do novo sistema de avaliação**. Mota lembra que, pelo texto apresentado, uma instituição terá de cumprir **regras para ser considerada universidade** como ter um número mínimo de cursos avaliados positivamente e um terço dos professores em regime integral. (São Paulo, sábado, 29 de janeiro de 2005)

Tendo como referência as matérias da FSP, é possível inferir que CNE e MEC compartilham de valores comuns em relação à necessária observância de normas e regras pelas universidades. O termo “ingerência” aqui é usado mais no sentido de controle, como uma forma de garantir a qualidade das IFES e também de impedir que a mercantilização sobreponha-se àquela. Nesta primeira versão, conforme Borges (2007, p.194)

“(…) a universidade, sobretudo, a universidade pública, se constitui como o objeto central de regulação, cujo objetivo primordial consiste na definição de instituição universitária, conforme determinados requisitos e características”

A matéria de 03 de fevereiro de 2005 tem em seu TÍTULO / SUBTÍTULO:

Principais pontos polêmicos são autonomia e gestão participativa; ministério aceita prorrogar discussão

Universidades privadas criticam reforma

A seguir, na REAÇÃO VERBAL, encontramos a posição, inclusive com transcrições, do Fórum Nacional pela Livre Iniciativa na Educação e do presidente do SEMESP

“integrantes do fórum disseram que o anteprojeto de reforma universitária do MEC é "falho" e se mostra "intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar projetos”.

Consideram a gestão participativa uma "ingerência". "Essa reforma é inoportuna, não necessária, não relevante e não emergencial em relação às necessidades que a sociedade clama", diz Hermes Figueiredo, presidente do Simesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo).

A Folha de São Paulo inclui um outro SUBTÍTULO intitulado “*Separação*” no qual

“as entidades sugerem que o Ministério da Educação faça uma reforma envolvendo o ensino público federal e discuta as normas para as particulares separadamente.”

Este discurso será reforçado com a argumentação de que

“Já há regulamentação até demais para as particulares. O MEC controla todas as atividades”, afirmou Fernando Leme do Prado, da Associação Nacional de Educação Tecnológica.”

Esta matéria conclui reforçando o SUBTÍTULO:

“Integrantes do fórum destacam que entendem a urgência de implantar a autonomia das universidades federais, mas dizem que poderia ser feito separadamente.”

Encontramos nesta passagem uma clara oposição das entidades particulares de ensino superior às normas e regulamentações implementadas pelo MEC (pelo Estado), uma crítica permeada de sentidos que remetem ao liberalismo, à livre concorrência, a uma perspectiva mercadológica para a educação superior.

O TÍTULO **“Proposta de reforma universitária opõe instituições federais e privadas”** E O *LEAD*

“O projeto de reforma universitária proposto pelo MEC está colocando em lados bem distintos (e opostos) as universidades federais e as instituições privadas.”

da matéria do dia 13 de fevereiro de 2005 reforçam/reafirmam o conflito público / privado. Seguindo a matéria, a *FOLHA* inclui o posicionamento do MEC (na voz do MEC presente no Projeto da Reforma da Educação Superior)

“Ao apresentar as razões da reforma, o MEC deixa claro que seu objetivo com o projeto foi "fortalecer a universidade pública" e "impedir a mercantilização do ensino superior".

Como também o próprio jornal faz uma avaliação, um comentário:

“Do lado das instituições privadas, as notícias não geraram entusiasmo -ao contrário. Pela proposta, criam-se critérios muito mais rígidos para o credenciamento de uma universidade, que terá de preencher índices de excelência em ensino e pesquisa. A não-observância desses pré-requisitos poderá levar ao credenciamento da universidade.”

Comentário este que vem acompanhado do termo “ingerência” , muito utilizado pelas entidades privadas, vejamos:

Também aumentam as ingerências externas sobre as privadas. Será obrigatória a criação de um conselho comunitário social, onde sindicatos, associações de classe e entidades corporativas terão assento garantido. Esses conselhos poderão opinar e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição que terão, pela lei, de ser levados em conta no processo de avaliação daquela entidade.”

Nesta citação “ingerência” é concebida com uma invasão do privado pelo público. Mais uma vez tem destaque o Fórum Nacional da Livre Iniciativa Na Educação o qual em Documento entregue ao Ministro da Educação, Tarso Genro, defende que

“No que concerne ao sistema privado, o anteprojeto se mostra intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar os seus projetos e programas educacionais. (...) O MEC procura estender às instituições privadas sua postura de mantenedor, impondo regras e procedimentos para os quais não possui prerrogativas constitucionais ou legais”, diz o documento.”

Vemos nesta citação uma tentativa de desautorização das atribuições legais do MEC, tratando-o como um mantenedor. Em seguida a *F. de São Paulo*, baseada no citado Documento das entidades privadas, enfatiza uma outra perspectiva dessas entidades em

relação ao Projeto da Educação Superior, que é aquele de um programa de um partido político e não uma política de Estado.

“As entidades reclamam ainda que o PT, ao propor a reforma, está fazendo da educação "um projeto de governo, e não uma política de Estado".”

Este viés será reforçado pela FSP por intermédio do cientista político Edson Nunes, presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mediante citação indireta de suas idéias por ela realizada

“o projeto apresentado pelo MEC tem realmente a cara do PT, mas ele dificilmente ficará com a mesma cara quando for discutido na Casa Civil e no Congresso.”

Além de trazer a voz do próprio autor

“ "A reforma começou com a discussão de um projeto doutrinário, onde estão claras as preferências do partido eleito e das forças associadas a ele.”

A *FOLHA*, dessa forma, baseada neste cientista político, expõe sua própria voz reforçando a visão partidária em relação à participação comunitária no seguinte trecho

“Para ele, o projeto tem a cara do PT também nos artigos que falam da participação da comunidade.”

No mesmo sentido de enfatizar a partidarização temos a inserção da fala do ex-Ministro da Educação Paulo Renato que

“viu no projeto a influência de sindicatos e das universidades federais: 'O projeto foi escrito pelos sindicatos, pela UNE e pelas entidades corporativistas das federais para aumentar seus recursos sem serem cobrados'.”

Ao final desta citação encontramos perspectiva do corporativismo dentro do MEC, (do Estado), como também percebemos o viés da avaliação direcionada a resultados, ao final

“aumentar seus recursos sem serem cobrados”

A oposição, público/privado reaparece com a temática da mercantilização, agora na voz da ANDIFES ao longo de toda matéria do dia 16 de fevereiro do 2005. Logo no TÍTULO já temos uma dimensão de seu posicionamento favorável ao anteprojeto da Reforma da Educação Superior e contrário à mercantilização:

**“Para Andifes, texto impede "mercantilização"
”Proposta de reforma universitária obtém apoio de reitores das federais”**

No *LEAD* é bem claro, na forma apresentada pela F. de São Paulo, a contraposição das instituições públicas em relação às entidades privadas de ensino superior.

“reitores das universidades federais divulgaram ontem um documento em que se contrapõem à posição defendida por instituições particulares”.

Tanto no COMENTÁRIO

O conselho pleno da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) defende que a reforma universitária crie um marco regulatório para

todo o sistema superior -público e privado-, não deixando que a normatização nas mãos do mercado.

Como na reação verba transcrita, reportada pela *FOLHA*

"A Andifes concebe a educação como bem público, não podendo estar submetida ao mercado como instância normativa. Defende a educação superior como política de Estado, e o financiamento do sistema federal pela União (...)", "afirma o texto da entidade".

A preocupação com a questão da regulação, como também a sua concepção de educação superior, é a temática que dominou o debate, na *FOLHA*, concentrada em torno da relação público-privado. Em parte isto demonstra a seleção dos enunciados (papel do Estado, da universidade e da iniciativa privada em relação à Gestão), colocados em evidência, trazendo consigo toda uma rede de saberes e práticas discursivas referentes ao papel da universidade e do Estado, que podem levar às formações discursivas (FD's) pública e privada. Vejamos a seguir:

A UNE por intermédio de uma proposta (no *LEAD*) apresentada ao MEC propõe a criação de uma ouvidoria

"Sugeri também a criação de uma ouvidoria do ensino superior para receber reclamações e eventuais denúncias envolvendo a rede privada." (24 de fevereiro de 2005).

A seguir temos reportado a voz (REAÇÃO VERBAL) do presidente do Semesp contrapondo-se:

"A sociedade sabe de seus destinos. A universidade tem de ser livre para orientar seu próprio caminho", afirma. "O direito é individual. Se eu quero me formar advogado, e já existem milhões de advogados, o problema é meu."

"Se essa idéia [de controle] for acatada pelo MEC, as particulares vão chiar", diz o presidente do Semesp. (24 de fevereiro de 2005).

Na citação supracitada o discurso da liberdade individual é relacionado à universidade, isto remete-nos a uma rede de saberes do liberalismo político e econômico. Temos aqui o que Sanfelice (2000, p. 153) com propriedade caracterizou “uma supervalorização do indivíduo e da lógica individualista...o neoliberalismo cumpre a função de legitimar as desigualdades historicamente construídas...”. Ao final da matéria a própria FSP explicita as críticas do movimento das instituições particulares

“O movimento diz que o anteprojeto de reforma universitária do MEC é falho, intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar projetos. A maior crítica é em relação à criação de um conselho comunitário social, em que terão espaço sindicatos, associações de classe e entidades corporativas.”

Na matéria do dia 25 de fevereiro de 2005 o conflito público-privado far-se-á nas vozes do ex-ministro Paulo Renato e do então Ministro da Educação Tarso Genro. No TÍTULO temos mais uma vez a temática da mercantilização

“Tarso Genro e Paulo Renato Souza, atual e ex-ministro da Educação, trocaram críticas durante evento

"Mercantilização" do ensino domina debate".

O referido conflito fica mais evidente a seguir nas vozes dos Sujeitos escolhidos e no delineamento da *FOLHA* :

“...O atual ministro chegou a afirmar que o tucano legitima suas críticas ao projeto de reforma **"nos interesses do mercado"**. **Paulo Renato**, por sua vez, disse que a proposta de reforma apresentada pelo MEC foi feita **"pelas corporações das universidades federais, e em benefício das corporações"**. O motivo da divergência é que, enquanto **Paulo Renato pediu menos burocracia para abertura de cursos e mais cobrança de qualidade também em instituições federais**, **Tarso defendeu mais controle no setor privado como forma de garantir a qualidade.**”

Notemos que os termos “menos burocracia” e “mais controle” não foram explicitados nas vozes dos sujeitos, mas sim pela própria FSP. O discurso de Paulo Renato utiliza o termo burocracia como uma estratégia de consoderar o papel do Estado como algo superado, estagnado, relacionado a um estatismo. Por sua vez Tarso Genro rebate com a argumentação de controle para se garantir a qualidades das IFES. A temática da separação apresentada na matéria do dia 03/02/2005 é retomada com um novo elemento, o ajuste do sistema federal aos estaduais, pelo mesmo grupo que representa as instituições privadas de ensino superior

O grupo, que reúne instituições particulares de ensino superior, quer que o ministério divida o anteprojeto em ao menos três propostas -uma para as universidades federais, a segunda para a rede privada, e a terceira para ajustar o sistema federal aos estaduais. (São Paulo, quarta-feira, 30 de março de 2005).

E, como estamos tratando de um embate público-privado, ao final do texto temos a voz do Ministro da Educação se contrapondo a tal proposta

“Tarso já descartou essa possibilidade. “Será uma proposta de Estado, não uma colcha de retalhos com propostas que se contrapõem.””.

A segunda versão do Projeto de reforma da Educação Superior será abordada na matéria do dia 31 de maio de 2005, pois traz algumas modificações que gerarão novos posicionamentos discursivos. No TÍTULO e no *LEAD* temos uma contextualização

MEC flexibiliza controle da rede particular

O Ministério da Educação retirou da proposta de reforma universitária pontos que aumentariam o controle de instituições particulares, após pressão do setor. **Na segunda versão do texto, apresentada ontem,** foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares.

A matéria continua elencando outras mudanças inseridas nesta segunda versão, tais como: a existência de uma ouvidoria (atendendo à proposta pela UNE), a criação dos conselhos sociais de desenvolvimento

“que ampliam o controle sobre o setor e é outro alvo de críticas.”

A manutenção da eleição direta para Reitor e vice. Na mesma data uma outra matéria delineia as instituições favoráveis e contrárias às alterações. TÍTULO:

“Alterações são elogiadas por especialistas”.

A seguir no *LEAD* temos:

“Especialistas em educação superior afirmaram que houve avanços na segunda versão do anteprojeto de reforma universitária. **Já um representante das instituições privadas criticou a manutenção do conselho social.**”

Em relação ao grupos favoráveis temos: 1) O coordenador da UNESP João Cardoso Palma Filho "**Partes consideradas inconstitucionais foram retiradas**", ... Um exemplo citado por ele é o conselho administrativo nas universidades privadas. "**Havia o entendimento que ele poderia se sobrepôr a outros conselhos das instituições.**"

2) Os Presidentes da SBPC, Ennio Candotti, da UNE, Gustavo Petta.

Contraopondo-se a algumas das mudanças, temos Paulo Antônio Cardim (que representa o Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação) que "**criticou a manutenção do conselho social de desenvolvimento**, dizendo que ele será de fiscalização, e não consultivo. "Um órgão não pode ser consultivo se ele já tem atribuições definidas na lei.""

Apesar das críticas ele reconhece alguns avanços

“Para Cardim, um dos avanços na nova proposta foi a determinação de criar cursos noturnos nas universidades federais.”

E por fim chegamos a última matéria, 05 de junho de 2005, na qual as mantenedoras irão concentrar suas críticas na proposta dos Conselhos administrativos virem a avaliar os cursos das IES privadas. TÍTULO:

“Mantenedoras criticam medida”.

No *LEAD* o termo ingerência é novamente citado:

“A proposta do Ministério da Educação de ampliar a fiscalização nas universidades foi considerada uma ingerência por entidades ligadas ao ensino superior. A avaliação foi realizada pelo Semesp e pela ABMES”.

A seguir A F. de São Paulo cita/transcreve a voz do Presidente do SEMESP, Hermes Figueiredo:

"Quem deve cuidar da educação é o MEC. Sempre haverá suspeição sobre a isenção das corporações nas avaliações. Há um interesse em jogo, na defesa e manutenção do mercado de trabalho. Dá a impressão de que, depois de passar a ponte, querem destruí-la para que outros não atravessem o rio"

Pela segunda vez a competência do MEC é colocada em dúvida, agora pelo Presidente do SEMESP no que se refere à possibilidade dos conselhos virem a participar das avaliações

“o Ministério da Educação está abrindo mão de suas prerrogativas". "Para que foram criados os Sinaes [novo sistema de avaliação do ensino superior]? A não ser que o MEC esteja se julgando incompetente", afirmou.”

Este discurso será compartilhado pelo Presidente da ABMES, Gabriel Mário Rodrigues transcrito pela *FOLHA* :

“São duas coisas diferentes. **Os conselhos servem para fiscalizar o exercício profissional**”, afirmou Rodrigues. **“Já a universidade e as faculdades têm sua qualidade avaliada pelo MEC. Não pode misturar.** Os conselhos podem opinar, dizer como um curso deve ser, mas não podem entrar nas universidades.””

O discurso da ingerência (mais uma vez) também é utilizado pela FSP na voz de Rodrigues **“É uma ingerência. Não seria aceita”**.

Partindo para uma quantificação dos atores selecionados pela *FOLHA* temos:

- 1) Transcrição das vozes: **SBPC** (uma matéria); **ENTIDADES PRIVADAS: SEMESP, FÓRUM PELA LIVRE INICIATIVA EM EDUCAÇÃO, ABMES E ANET** (em 14 vezes); **MEC** (em três matérias); **Ex-Ministro da Educação Paulo Renato** (duas matérias); **ANDIFES** (três vezes); **CNE** (uma vez)
- 2) Destaque da *FOLHA*: **MEC** (em cinco matérias); **ENTIDADES PRIVADAS, SEMESP E ABMES** (cinco vezes); **ANDIFES** (uma vez); **SBPC** (duas vezes); **UNE** (duas vezes); **Ex-Ministro da Educação Paulo Renato** (em duas matérias); **CNE** (três vezes); **UNESP** (uma vez).

A expressiva presença das entidades privadas nas transcrições realizadas pela FSP é indicativo da ênfase atribuída às vozes diretas advindas dos discursos dessas entidades no que se refere à relação público-privado. No que concerne aos aspectos quantitativos é perceptível a grande presença das entidades públicas selecionadas pelo referido jornal.

Apresentados os discursos produzidos pela FSP, que indicam ser a universidade pública a sua principal referência, é possível elencar enunciados que se organizam em torno

de duas formações discursivas, estas entendidas como um conjunto de relações que funcionam como regras do que pode ser dito ou não por instituições e sujeitos.

Reconhecemos como compartilhando à **FD (1)** as seguintes entidades: ANDIFES, SBPC, UNICAMP (Documento), UNICAMP (Brito Cruz, Reitor), CNE, MEC, UNE, UNESP; e a **FD (2)**: FÓRUM NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA EM EDUCAÇÃO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (ANET), ABMES, SEMESP.

Tomando como referência os enunciados selecionados e anteriormente analisados podemos dizer que a reforma da educação superior:

- 1) **na formação discursiva FD (1)** apresenta uma concepção de universidade atrelada a princípios como: indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão; educação como um bem público mantida e regulada pelo Estado, voltada para formação humana, cultural, crítica, profissional, científica e tecnológica; Compromisso social da universidade com políticas de inclusão social de acesso, tanto em termos de desigualdade sócio-econômica como em termos de origem étnica; Gestão participativa; financiamento atrelado à expansão e aos índices e critérios de qualidade verificados por intermédio da avaliação institucional; Autonomia universitária no sentido administrativo e da gestão financeira; Estado como avaliador e regulador de universidades públicas e privadas; Resistência à mercadorização da educação superior. Em suma, está investida de uma concepção que faz da reforma da educação superior

marco para este nível de ensino -público e privado-, tendo a avaliação como suporte (base) da regulação sem submissão ao mercado.

- 2) e na **formação discursiva FD (2)** apresenta uma concepção de universidade atrelada a princípios como: separação entre ensino, pesquisa e extensão, enfocando mais o ensino; educação como serviço mantido e regulado pela iniciativa privada; ênfase na formação profissional, científica e tecnológica; livre iniciativa em educação, sem ingerência estatal; resistência à definição de índices e critérios de qualidade e à avaliação institucional; autonomia específica para as IES privadas; Anteprojeto de reforma da educação superior intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa.

Indicados os enunciados e as Formações discursivas podemos, agora, discutir a rede de saberes e arquivos que envolvem a questão da Reforma da Educação Superior na forma explicitada pela FSP.

Antes, porém, vale destacar que os discursos e seus enunciados nas matérias apresentadas dão substrato à escolha da reforma da educação superior como acontecimento na perspectiva de Foucault. Com efeito, a reforma adquire uma extensão no tempo e envolve, mais especificamente, a participação de sujeitos, instituições – como também se caracteriza pelo ineditismo, pois esta é a primeira iniciativa relativa ao nível superior de ensino deste a reforma universitária de 1968.

Assim, desde a primeira versão do Anteprojeto produziu-se um conjunto de reportagens (televisivas, revistas especializadas ou não, mídia impressa, Internet, entre outras) declarações, protestos, seminários, análises. Este é um bom exemplo de um “fato”

que se transforma em acontecimento, pois é retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornados similares.

Enfim, este acontecimento tornou-se o motivo pelo qual um conjunto de textos foi em seguida produzido e veiculado. Anote-se que em tais textos a reforma da educação superior foi transformada em reforma da universidade pública, especialmente da universidade federal. Outro aspecto a ser especialmente destacado é que muitos desses textos, centrados na universidade pública, recuperam discursos antigos (atualizados, ressignificados ou inalterados), temas, teses, numa palavra arquivos. Na verdade, o conjunto de textos remete não só ao próprio acontecimento, mas também a outros textos e a outros acontecimentos que esse levou a lembrar. E, no caso, destacar a universidade pública com apoio estatal, mas não exclusivamente financiada por essa instância de poder, o que indicaria políticas de poder e de saber contidas no discurso da *FOLHA*.

Dessa maneira, o enredamento de enunciados constitui espécie de arquivo, no interior do qual as relações intertextuais e interdiscursivas se desenham, as diversas posições se materializam, as posições vão se repetindo ou se renovando na conflituosa rede de saberes estabelecida, tal como foi discutido ao longo da análise aqui procedida.

No caso em questão os tipos de posições/concepções que a nossa análise constatou a partir dos enunciados (destacados em negrito nas transcrições feitas no texto) freqüentemente retomados dizem respeito aos seguintes arquivos:

- 1) UNIVERSIDADE: na perspectiva do liberalismo e na concepção *humboldtiana*;
- 2) ESTADO: na perspectiva *keynesiana* e neoliberal;
- 3) EDUCAÇÃO: no sentido humanístico e no de resultados.

O recurso à noção de arquivo possibilitou interpretar os enunciados organizados em formações discursivas que explicitando redes de saberes nos posicionamentos do interdiscurso da FSP sobre Estado, universidade e educação, isto é, o regime de enunciabilidade, formação e transformação do que foi e pôde ser dito e escrito pelo órgão de imprensa focalizado.

A série enunciativa que circunscreve sentidos sobre Estado, educação e universidade permitiu compreender o modo como na mídia se atualizam e se ressignificam as teorias, as vozes advindas de múltiplos espaços sociais.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho constatou-se que a FSP, ao dar visibilidade pública ao Projeto da reforma da educação superior, não só mostrou ao seu ‘leitor’ que esse conteúdo possui sentido de relevância para a vida social, como também investiu significados para esse acontecimento. Desta maneira, a questão da atualidade jornalística instalou-se no momento mesmo da veiculação pública dos conteúdos noticiados da referida reforma, como um procedimento de enunciação, o qual serve para afirmar e atualizar algo que ainda não se concretizou. Desta forma, o discurso jornalístico atua como presentificação de um futuro próximo, de um devir composto por agendas e temáticas, aqui consideradas públicas.

Uma das formas de se perceber isso é quando o conteúdo jornalístico influencia a elaboração da “agenda pública” ao propor ou estabelecer agendas temáticas sobre questões que são socialmente relevantes. Para Traquina (2001, p. 26) há a possibilidade de a agenda pública vir a influenciar a agenda jornalística, ou seja, os acontecimentos podem intervir na forma de exteriorização do jornal. A atualidade jornalística, no nosso trabalho, adquire um sentido de agenda pública, pois representou a possibilidade de uma pluralidade de leitores e atores participarem dos conteúdos jornalísticos com discursos e abordagens e, assim, envolverem-se e posicionarem-se com os temas e processos sociais mais amplos.

Neste sentido, podemos considerar que o jornal é atravessado por discursos de outros campos, com distintos interesses, no qual desempenha um papel de *manejador*, de produtor de novas realidades. Conforme Mouillaud (1997, p. 26), o jornal tornou-se “um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz”. Mesmo com características e regras próprias, o

campo midiático é compreendido como um lugar por onde passam discursos dos mais variados espaços, constituindo-se a partir dessas complexas relações.

Desta forma, os enunciados presentes no jornalismo impresso da FSP, referentes à reforma da educação superior, apresentam vínculos com enunciados anteriores e posteriores a ele, visto que o discurso sobre essa reforma esteve presente em outras épocas e contextos, como também em outros registros, tais como revistas, jornais, mídia eletrônica, documentos oficiais e outros.

Ao longo desta pesquisa descrevemos e analisamos discursos que constituíram algumas concepções referentes a: universidade, Estado, educação superior, universidade e projeto de nação, universidade e mercado, temas em torno dos quais confluíram a agenda da FSP. Na apresentação das temáticas discorremos sobre os enunciados e analisamos os sentidos presentes, seus significados e suas ressignificações, na perspectiva de delinear as formações discursivas que os organizavam e os arquivos a que se referiam.

As formações discursivas se impuseram a partir da regularidade (des)contínua dos enunciados apresentados pela FSP, tendo como referência a forma como o jornal elencou os sujeitos e instituições que selecionou para abordar o Projeto de Reforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva. Neste sentido, percebemos que os discursos, que ora se cruzam e ora se ignoram, dos sujeitos e das instituições foram apresentados em duas modalidades discursivas: 1) Discursos de aceitação do referido Projeto; 2) Discursos de resistência.

Em nossa análise exploramos os discursos na perspectiva das regras que os governam, em sua (des)continuidade, que envolve analogias e diferenças. Sendo assim, procuramos captar como a educação superior brasileira, no período 2004-2006, integrou

uma rede interdiscursiva em torno da Reforma da Educação Superior, reportada por uma instituição da mídia impressa. Ao fazê-lo, observamos que ela é permeada por diferentes domínios da prática social, trazendo consigo elementos de atualização, ressignificação discursivas sobre universidade, educação superior, Estado, autonomia universitária, gestão do financiamento e a relação público-privado.

A abordagem foucaultiana nos possibilitou constatar quais instituições obtiveram maior relevância, autoridade discursiva, para a FSP, no sentido de corroborar o Projeto de reforma da educação superior: MEC, ANDIFES e SBPC; e as instituições contrárias, o Fórum de Livre Iniciativa em Educação Superior e a SEMESP. Uma outra constatação refere-se a maior presença das instituições que compartilham de uma concepção pública de Universidade presente no Projeto, embora os enunciados relativos às instituições privadas apresentassem caráter mais contundente.

Os discursos apresentados demonstram a ocorrência de um conflito ideológico e discursivo provocando um embate, no qual as filiações históricas (o arquivo) dos sentidos, na forma como foram explicitados, remetem a um conjunto de saberes e poderes que foram (re)ativados da memória a exemplo das concepções de capitalismo, Estado e universidade.

Resumindo, podemos dizer que o discurso da Reforma da Educação Superior explicitado pela FSP é contemporâneo às recentes mudanças ocorridas no século XX, nas formas de produção, nas relações políticas e sociais. Dentre essas mudanças destacamos: capitalismo em sua fase neoliberal, a crise do Estado-providência e por conseqüência as mudanças implementadas nas políticas públicas direcionadas à universidade e ao seu papel nesse contexto.

Referências Bibliográficas

AFONSO, A.J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000.

BAUER, M.W. e AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: M.W. Bauer. e G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes. 2004.

BORGES, M.C.A, *Articulação Entre Discursos Globais e Locais na Definição da Interpretação Legítima de Universidade nas Propostas de Reforma da Educação Superior no Brasil*. 2007. Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Tese de Doutorado em Sociologia, UFPE).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996, p.27894.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Anteprojeto de Lei – versão preliminar*. Estabelece as normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal de Educação Superior e dá outras providências. 06 de dezembro de 2004. disponível: www.anped.org.br.

_____. Ministério da Educação. *Anteprojeto de Lei – segunda versão*. Estabelece as normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal de Educação Superior e dá outras providências. 30 de maio de 2005. disponível: www.anped.org.br.

_____. Ministério da Educação. *Anteprojeto de Lei – terceira versão*. Estabelece normas gerais para a educação superior no país, regula a educação no sistema federal de ensino, altera a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.127, de 09 de janeiro de 2001; a Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002; a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. 29 de julho de 2005. Disponível: www.anped.org.br

_____. Ministério da Educação. *Exposição de Motivos – Anteprojeto de Lei da Educação Superior*. 29 de julho de 2005. Disponível: www.anped.org.br.

_____. CONGRESSO NACIONAL. *Projeto de Lei nº 7.200/2006*. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro 1996; 8.598, de 20 de dezembro de 1994; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. 12 de junho de 2006. Disponível: www.anped.org.br.

_____. Ministério da educação. Grupo executivo da Reforma do Ensino Superior. *Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*. Documento II. Brasília, ago. 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma>. Acesso em: 26 de ago. 2005

_____. Ministério da educação. *Resumo do pronunciamento do ministro de Estado da educação*, Tarso Genro, no dia 07 de junho de 2004, acerca de enunciados gerais sobre os princípios e diretrizes da reforma da educação superior. Brasília, 2004. Disponível em : <http://www.mec.gov.br/reforma>. Acesso em: 27 ago. 2005.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira. Brasília, 15 de dez. 2003. disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 28 ago, 2005.

CARDOSO, F.H. Reforma do Estado. In: L.C Bresser Pereira,.; P. SPINK, *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-20.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J.F. *Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CATANI, A.; DOURADO, L.F. ; OLIVEIRA, J.F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: Dias Sobrinho, J.; Ristoff, D.I. (Orgs.). *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-118.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: Hélió Trindade. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: CIPEDES, 1999.

_____. *Escritos Sobre Universidade*. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: M.J. Warde, . ET AL. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo:Cortez, 1996, p. 75-123.

CUNHA, L.A. Crise e reforma do sistema universitário: debate. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 46, 1996.

CUNHA, L.A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 101, p. 20-49, 1997.

CURY, C.R.J. Reforma universitária na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 3-19, 1997.

CURY, C.R.J. “Apresentação”. In: C.R.J. Cury. *LDB: lei de diretrizes e bases da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Educação e avaliação: técnica e ética. In: J Dias Sobrinho; D.I. Ristoff. (Orgs.). *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002, p. 37-68.

DOURADO, L.F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: M.A. Aguiar.; N.S.C. Ferreira. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo:Cortez, 2001.

LA ENSEÑANZA superior: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995.

FAUSTO NETO, A. *Mídia impressa. Estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker, 1999.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1975, 2 vols.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes. 1972.

_____. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo. 12ª.Ed. Loyola, 2005.

GASPAR, N. R. Foucault nas visibilidades enunciativas. In: V. Sargentini; P. Navarro-Barbosa. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEHER, R. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: L.C. Bresser Pereira; P. Spink. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 21-38.

LEITE, D. *Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª. Ed.Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: F. Insdursky e M.C. FERREIRA, (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaio, V. 12)

MINTO, L.W. *As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campina, SP: Autores associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea).

MOUILLAUD, M. & Porto, S.D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: Navarro-Barbosa: *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

ORLANDI, Eni P. III. Dispositivo de Análise. In: _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

NOGUEIRA, Claudiana da S. A intertextualidade no discurso jornalístico sobre a velhice. In: D. Silva e J. Vieira. (Org.) *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília:UnB.Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002.

PÊCHEUX, Michel. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas : UNICAMP.

_____; FUCHS, C.(1997). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: F. Gadet; T. Hak. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas: Ed. Unicamp.

PINO, I. A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: I. Brzezinski. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 15-38.

RANIERI, N.B. *Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9394/96)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

RUBIM, A.A.C. *Mídia e Política no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SAMPAIO, H.M.S. *O Ensino Superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2000.

SANFELICE, J.L. O Modelo Econômico, educação, Trabalho e Deficiência. In: J. Lombardi. (org). *Pesquisa em Educação*. 2ª Edição revista. Campinas, Autores Associados, 2000.

SANTOS, C.R.A. A nova missão da universidade: a inclusão social. In: *EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFORMA, MUDANÇA E INTERNACIONALIZAÇÃO*. Anais....., Brasília: UNESCO, Brasil; Sesu, 2003.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

SGUISSARDI, V. (Org.). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, Moisés de A. A heterogeneidade discursiva e a mídia: novos horizontes teóricos. In: I.T. de Lucena; M.A. Oliveira, e R. BARBOSA. (Orgs.) *Análise do discurso: das movências de sentido às nuances do (re) dizer*. João Pessoa: Idéia, 2004.

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: M.J. Warde. et al. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 75-123.

SODRÉ, M. *Reinventando a Cultura – a comunicação e seus produtos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

TRAQUINA, N. *O estudo do Jornalismo no século XX*. Ed. Unisinos, 2001.

_____, N. *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Ed. Insular, 2004. Vol:01.

VAN DIJK. T.A. (1990). *La noticia como discurso: comprensión estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós.

WEBER, S. Políticas do Ensino Superior: perspectivas para a próxima década. *Avaliação*, v. 5, nº 1, 2000.

WOLF, Mauro. (2003). *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos Modernos – Discurso e Representação Política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. 214 p.

ANEXOS / MAPA ANALÍTICO

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NA F. DE SÃO PAULO.

Edição	São Paulo, sábado, 29 de janeiro de 2005
Edição	São Paulo, sexta-feira, 26 de novembro de 2004
SUMÁRIO TÍTULO	Fundações perderão poder com mudanças
LEAD	As fundações de apoio às universidades devem perder poder caso seja aprovada a proposta do Ministério da Educação para a reforma do ensino superior.
COMENTÁRIOS	Isso porque o anteprojeto divulgado anteontem pelo MEC prevê a autonomia das universidades para gerenciar seus recursos, permitindo a elas, por exemplo, fechar contratos diretamente com governos e empresas. Com a autonomia para contratação, as universidades ficariam autorizadas a fazer concurso dentro de seu orçamento.
SUMÁRIO TÍTULO	REFORMA UNIVERSITÁRIA
	Reserva de vagas e mudança na autonomia das privadas geram polêmica, mas devem ficar
	MEC pretende manter cotas nas federais
COMENTÁRIO	Em relação à autonomia das universidades particulares , o secretário-executivo afirma que podem ser negociados prazos para implantação.
REAÇÃO VERBAL / AVALIAÇÃO	"Hoje as instituições entendem que as mantenedoras têm autonomia. O ministério entende que a autonomia é da instituição mantida e da comunidade universitária, não

do proprietário."

Mota compara o caso das federais para explicar a proposta. "A União faz o papel de mantenedora das universidades federais, e a autonomia fica com as instituições, não com o governo."

EDIÇÃO

São Paulo, quinta-feira, 03 de fevereiro de 2005

SUMÁRIO TÍTULO

ENSINO SUPERIOR

Principais pontos polêmicos são autonomia e gestão participativa; ministério aceita prorrogar discussão

Universidades privadas criticam reforma

CONSEQUÊNCIA

Criticam, principalmente, a forma prevista de **autonomia para as universidades particulares**, dizendo que não pode ser aplicada a mesma regra usada nas públicas. Consideram a gestão participativa uma "ingerência".

REAÇÃO VERBAL

"Já há regulamentação até demais para as particulares. O MEC controla todas as atividades", afirmou **Fernando Leme** do Prado, da Associação Nacional de Educação Tecnológica.

COMENTÁRIO

Integrantes do fórum destacam que entendem a urgência de implantar a **autonomia** das universidades federais, mas dizem que poderia ser feito separadamente.

EDIÇÃO

São Paulo, domingo, 27 de fevereiro de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO**

Após ouvir opiniões de entidades e especialistas, ministro Tarso Genro (Educação) diz que vai alterar cinco pontos do projeto original

Debates alteram a reforma universitária

**CONTEXTO /
AVALIAÇÃO**

Essas fundações existem em quase todas as universidades públicas e muitas delas foram criadas com o objetivo de agilizar a captação de recursos e a manutenção das universidades.

**COMENTÁRIO /
AVALIAÇÃO**

Em alguns casos, no entanto, elas se tornaram estruturas de poder independentes dentro das próprias instituições.

**CONSEQUÊNCIA/
REAÇÃO VERBAL**

. "Com a **autonomia das universidades**, que vai ser afirmada pela reforma, as fundações podem ser mantidas, desde que sejam totalmente transparentes e subordinadas às decisões do conselho superior da instituição", **declarou o ministro.**

EDIÇÃO

**SUMÁRIO
TÍTULO**

COMENTÁRIO

AVALIAÇÃO

**São Paulo, terça-feira, 02 de agosto de
2005**

EDUCAÇÃO

**Decreto tenta simplificar regulação e
colocar em prática pontos consensuais da
proposta para o setor universitário**

MEC revisa normas e antecipa reforma

Para o presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Oswaldo Baptista Duarte Filho, seria importante o MEC antecipar a adoção de medidas **visando ampliar a autonomia administrativa das universidades federais.**

Cita como exemplo a possibilidade de as próprias instituições terem autorização para substituir, por meio de concurso, funcionários e professores que pedem demissão. Hoje, as federais precisam de autorização da União para isso, mesmo que esses gastos já estejam previstos no Orçamento.

EDIÇÃO

**SUMÁRIO
TÍTULO**

**COMENTÁRIO /
AVALIAÇÕES**

REAÇÃO VERBAL

**São Paulo, quarta-feira, 07 de setembro
de 2005**

UNIVERSIDADES

**Reforma prevê 50%
Unicamp critica cota para escolas
públicas**

A Unicamp afirma também que a proposta busca definir o conceito de **autonomia** universitária, o que pode restringir as ações dessas instituições. A universidade entende que **a autonomia** não precisa constar em nenhuma lei, pois já está na Constituição. "**Autonomia é um princípio fundamental** para o desenvolvimento de universidades como locais centrais do pensamento, da educação e da geração e crítica de idéias", **diz o documento** da instituição de Campinas.

EDIÇÃO

São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006

**SUMÁRIO
TÍTULO****Instituições pedem mais autonomia****LEAD**

Para os reitores das universidades federais, um ponto crucial para que a reforma universitária seja bem-sucedida na prática não está contemplado no projeto: a regulamentação de instrumentos de gestão que dêem **mais autonomia para os reitores**.

COMENTÁRIO

O pleito **de mais autonomia** na gestão é endossado também pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e reconhecido pelo Ministério da Educação. Hoje, por exemplo, um reitor não pode tirar recursos de uma área em que eles estão sobrando para colocar em outra na qual há carência sem esbarrar em limites burocráticos. Ele também não pode aproveitar recursos que sobram...

**COMENTÁRIO /
AVALIAÇÃO**

MEC, SBPC e Andifes concordam que esses instrumentos não precisam, necessariamente, estar no projeto de reforma, mas é necessário regulamentá-los para dar mais agilidade à gestão das universidades federais.

**REAÇÃO VERBAL /
AVALIAÇÃO**

"Do ponto de vista dos instrumentos de gestão para os reitores, há certamente muita coisa ainda a ser feita, mas isso pode ser resolvido por meio de decretos e portarias. Sabemos que é preciso diminuir essas amarras e isso poderá estar contemplado em decretos que ainda estão em discussão", **diz Ronaldo Mota, do MEC**.

"A **questão da autonomia** é, para nós, uma bandeira muito importante. Para isso, são

precisos mecanismos mais flexíveis que nos permitam usar melhor os recursos. A universidade até já tem autonomia constitucional, mas, na prática, isso não ocorre", **afirma o presidente da Andifes**, Oswaldo Baptista Duarte Filho.

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006

**SUMÁRIO
TÍTULO**

ENSINO SUPERIOR

Repasse de ao menos 75% dos recursos destinados à educação consta do texto da reforma universitária

Gasto mínimo em federais valerá por 10 anos

Tanto o ministério quanto os reitores concordaram que é preciso também regulamentar, por meio de portarias ou decretos, **aspectos da autonomia da gestão** no dia-a-dia das universidades.

Hoje, por exemplo, um reitor não pode investir no ano seguinte recursos que sobraram de seu orçamento no final do ano. Ele também não pode contratar novos professores quando um docente se aposenta ou se demite.

**COMENTÁRIO /
AVALIAÇÃO**

FINANCIAMENTO**EDIÇÃO****São Paulo, terça-feira, 07 de dezembro de 2004****SUMÁRIO
TÍTULO****Proposta do MEC prevê conselho em instituições****COMENTÁRIO**

O texto do MEC autoriza a Caixa Econômica Federal a criar uma loteria anual para programas de manutenção de alunos de baixa renda em instituições federais. Autoriza ainda as instituições públicas a aderirem ao programa Primeiro Emprego.

EDIÇÃO

São Paulo, domingo, 13 de fevereiro de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO****EDUCAÇÃO**

Para especialistas, lado bom é garantir investimentos; lado ruim é reduzir a parcela destinada ao ensino básico

Verba maior para federais divide opiniões

LEAD

Há uma maneira positiva e outra negativa de ver as propostas de **financiamento** do ensino superior contidas no projeto de reforma universitária apresentado pelo MEC. **A forma positiva** é que os gastos com as universidades federais crescerão consideravelmente. **A maneira negativa** é, também, que os gastos com essas instituições aumentarão.

**COMENTÁRIOS /
AVALIAÇÕES**

Os artigos 41, 42 e 43 da proposta do MEC trazem mudanças que, segundo estimativa feita pelos pesquisadores Simon **Schwartzman** (ex-presidente do IBGE) e Claudio de Moura **Castro** (ex-chefe de divisão de programas sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento), elevarão de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,3 bilhões os gastos federais em ensino superior, excluindo as aposentadorias. Um salto de 31%.

EXPECTATIVAS

O aumento dessa grandeza aconteceria porque o projeto sugere aumentar o limite mínimo para os gastos com instituições

COMENTÁRIO**CONSEQUÊNCIAS****REACÃO VERBAL****COMENTÁRIO /****AVALIAÇÃO /**

federais de ensino superior das receitas do MEC de 70% para 75%. Pela Constituição, 18% dos recursos do Orçamento da União são destinados à educação.

A proposta do ministério também garante que nenhuma universidade federal terá diminuição de repasses federais de um ano para outro.

O lado bom dessa notícia é que, se aprovado da maneira como proposta pelo MEC, a reforma universitária garantirá às universidades federais condições de aumentar a oferta de matrículas, melhorar sua infra-estrutura, contratar mais professores e ainda ter a garantia de que, de um ano para o outro, seu orçamento nunca diminuirá.

O lado ruim é que, ao aumentar os gastos com ensino superior, o governo federal acaba diminuindo a verba do ensino básico.

Segundo o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque (PT-DF), que antecedeu Tarso Genro na pasta, o projeto engessar o investimento em ensino básico nos próximos anos.

"Se for aprovada, o presidente Lula assinará uma lei que vai impedir que os próximos presidentes invistam mais de 25% em educação básica. O dinheiro que as universidades tem hoje não é muito, mas essa lei pode durar 30 anos", diz Cristovam.

Schwartzman e Moura Castro, em artigo publicado pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, fazem o mesmo questionamento: "Há que se ver o que resultará como redução de recursos para outras áreas mais necessitadas, se os recursos totais para a educação não aumentarem de forma muito significativa nos próximos anos, o que é improvável, dado que eles já absorvem cerca de 5,5% do PIB".

Ponto positivo

Segundo **o reitor da Universidade Estadual de Campinas**, Carlos Henrique de Brito Cruz, entretanto, o aumento da dotação orçamentária das universidades

REAÇÃO VERBAL

federais é um dos pontos positivos do projeto de reforma.

"O Brasil investe proporcionalmente pouca verba pública no ensino superior. Se descontarmos o custo das aposentadorias e de manutenção dos hospitais universitários, o percentual do PIB brasileiro alocado no ensino superior público não passa de 0,6%. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), esse percentual é três vezes maior (1,8%)."

Para o professor Brito Cruz, o suposto embate entre ensino fundamental, médio e superior na disputa pelas verbas já foi resolvido pela Constituição. "Está na lei: a principal fonte de recursos para o ensino fundamental são os municípios. Para o ensino médio são os Estados. À União cabe prover, fundamentalmente, as instituições superiores de ensino."

O ex-ministro da Educação e tucano Paulo Renato Souza aponta para outro possível problema da proposta de reforma do governo: a irrealidade e a despreocupação com a qualidade.

"O aumento dos recursos para as universidades federais é sempre desejável, mas resta saber se o Ministério da Fazenda considera um aumento dessa grandeza razoável. Além disso, estão garantindo mais recursos para as federais sem nenhuma exigência de qualidade. Se uma instituição diminuir o número de alunos por decisão do sindicato, continuará com a garantia de que não terá diminuição de recursos", diz Paulo Renato.

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 31 de maio de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO**

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Nova versão do projeto obriga universidades federais a destinar um terço das vagas ao período noturno

MEC flexibiliza controle da rede particular

COMENTÁRIO

Em relação às instituições federais, uma das mudanças é a ampliação de medidas voltadas à assistência estudantil. **Ficam vinculados pelo menos 5% dos recursos de custeio das federais para assistência estudantil.**

EDIÇÃO

São Paulo, quinta-feira, 02 de junho de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO****ENSINO SUPERIOR**

Ministro diz que proposta de converter dívida para educação "não contribui em nada"; para Genro, é "discussão lateral"

Palocci faz críticas à reforma universitária

REAÇÃO VERBAL

Mais cedo, **Tarso Genro** (Educação) havia divulgado nota em que afirma não haver "nenhuma comprovação empírica, nenhum precedente histórico e nenhum suporte teórico, acadêmico ou não, que aponte que investimentos em educação, de qualquer natureza, sejam prejudiciais à saúde macroeconômica do país".

**REAÇÃO VERBAL /
CONSEQUÊNCIA**

"Sou contrário a colocar a questão da dívida sob qualquer outro aspecto que não os contratos [das dívidas]", **disse Palocci**. E completou: "Não entendo que a reforma universitária esteja propondo isso. Há um debate sobre o assunto. [...] Não me parece que seja uma proposta feita pelo MEC".

Em entrevista no Palácio do Planalto, **Tarso Genro** classificou de "discussão lateral" a polêmica com a Fazenda. "A reforma do ensino superior é um todo harmônico de alta qualidade, que não se presta a discussões laterais. É uma discussão que incide sobre política de Estado, e não política de governo", disse ele.

**EDIÇÃO
SUMÁRIO
TÍTULO**

São Paulo, sábado, 30 de julho de 2005

Reforma dá a aluno da rede pública cota em universidade federal nova

COMENTÁRIOS

O texto apresentado manteve a previsão de destinar 75% das verbas vinculadas da Educação para a rede federal de ensino superior, excluídos pensionistas e alguns gastos com hospitais universitários, por exemplo.

REAÇÃO VERBAL

"Os recursos devem ser compatíveis às atribuições de expansão sob pena de mantermos a degradação dos últimos anos", **disse Duarte Filho.**

EDIÇÃO

São Paulo, quarta-feira, 18 de janeiro de 2006

**SUMÁRIO
TÍTULO**

ENSINO SUPERIOR

**Para presidente, ponto de professor
deveria ter sido cortado**

**Lula faz crítica a reitores por não
punirem grevistas**

AVALIAÇÕES /

Um dos pontos polêmicos é a
**subvinculação de recursos da educação
para o ensino superior**, que vinha sofrendo
resistência da equipe econômica.

EDIÇÃO

São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006

**SUMÁRIO
TÍTULO**

EDUCAÇÃO

**Instituições querem enviar apenas o
nome do vencedor para escolha, mas
Advocacia Geral vê ilegalidade e pede
lista tríplice**

COMENTÁRIO

**Governo desiste de eleição direta para
reitor**

O ministro da Educação, **Fernando
Haddad**, no entanto, já antecipou algumas
decisões do governo. A principal delas foi a

garantia de que ao menos 75% dos recursos que a União tem que, obrigatoriamente, investir em educação terão que ser destinados às instituições federais de ensino superior. Hoje, são 70%.

EDIÇÃO

São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006

SUMÁRIO TÍTULO

MEC estipula critérios para verbas

LEAD

Na semana passada, o ministro da Educação, Fernando Haddad, disse em entrevista à Folha que **o texto final enviado ao Congresso** estabelecerá alguns critérios que deverão ser levados em conta no momento de decidir quais instituições terão **mais verbas** para programas de expansão.

REAÇÃO VERBAL / AVALIAÇÃO

O secretário Ronaldo Mota diz que os recursos condicionados a esses indicadores não afetarão o funcionamento das escolas. "Haverá uma comissão composta de membros indicados pelo ministro e pelos reitores que decidirá como os recursos serão definidos, levando em conta esses e outros critérios que podem surgir -como a necessidade de investimento em cursos de licenciatura" diz.

O presidente da Andifes (associação que representa os reitores das universidades federais), Oswaldo Baptista Duarte Filho, diz que o estabelecimento de critérios de eficiência não será novidade para universidades federais.

"Na matriz de distribuição de recursos federais para as escolas, já havia indicadores de qualidade. Mas é bom que estejam no projeto pois já os levamos em consideração".

Jacques Schwartzman, ex-membro do Conselho Nacional de Educação, diz que o peso dado a cada indicador pode interferir

em critérios de qualidade. "A escolha dos critérios não é neutra e expressa um entendimento sobre o papel da universidade e de seus caminhos desejados", afirma.

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2006

SUMÁRIO TÍTULO

ENSINO SUPERIOR

Repasse de ao menos 75% dos recursos destinados à educação consta do texto da reforma universitária

Gasto mínimo em federais valerá por 10 anos

LEAD

A garantia de que ao menos 75% dos recursos da União que são obrigatórios para a educação sejam investidos anualmente em instituições federais de ensino superior **valerá por dez anos e sua fiscalização** acontecerá de quatro em quatro anos.

COMENTÁRIOS

Na última versão divulgada pelo Ministério da Educação, essa garantia mínima de investimento de 75% dos recursos nas instituições federais não vinha acompanhado de um prazo. Também não havia um parágrafo que previa que "a aplicação de que trata o caput [da subvinculação de recursos] será apurada a cada 4 (quatro) anos, a partir da publicação desta lei".

COMENTÁRIO / AVALIAÇÕES

O MEC argumentou com os reitores que, segundo cálculos do próprio ministério, a verba de custeio das universidades cresceu de R\$ 550 milhões para R\$ 1,1 bilhão nos últimos quatro anos. O ministério estima ainda que, com o aumento do percentual mínimo de 70% para 75%, haverá um acréscimo de R\$ 1 bilhão nos primeiros

anos, podendo chegar a mais de R\$ 2 bilhões em 2009 caso a arrecadação federal cresça.

EDIÇÃO

São Paulo, quarta-feira, 10 de maio de 2006

**SUMÁRIO
TÍTULO**

ENSINO SUPERIOR

Particulares vêm excesso de interferência do MEC; ex-ministro é contra eleições diretas para escolher reitor em federais

Setor privado critica reforma universitária

**COMENTÁRIO /
AVALIAÇÃO**

Um discurso menos crítico também partiu do **presidente da SBPC** (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ennio Candotti. Para ele, a garantia de **recursos mínimos a serem aplicados nas universidades federais** é um grande avanço, desde que isso venha acompanhado de uma regulamentação à parte que **garanta mais autonomia à gestão dos reitores de universidades federais.**

RELAÇÃO PÚBLICO x PRIVADO**EDIÇÃO****SUMÁRIO
TÍTULO****COMENTÁRIOS /
AVALIAÇÕES****EXPECTATIVAS /
REAÇÃO VERBAL****São Paulo, quinta-feira, 22 de julho de
2004****EDUCAÇÃO****Proposta de reforma universitária da
entidade, que será levada ao governo,
prevê grau crescente de especialização****SBPC sugere dividir curso superior em
ciclos**

Além disso, métodos mais eficientes de controle e avaliação da qualidade de ensino nos cursos superiores seriam necessários. Para isso, a SBPC defende a criação de uma Agência Nacional de Acompanhamento do Ensino Superior. "Seria uma espécie de "vigilância sanitária", brinca Davidovich, "uma maneira de controlar a "privataria", usando o termo para se referir à expansão das instituições privadas de ensino.

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 07 de dezembro de 2004

**SUMÁRIO
TÍTULO**

Proposta do MEC prevê conselho em instituições

LEAD

A proposta do Ministério da Educação para a reforma universitária prevê a criação de um conselho superior em cada instituição, responsável pela elaboração de normas acadêmico-administrativas.

Os conselhos deverão ter representantes dos professores, alunos, funcionários e comunidade. A mantenedora não poderá contar com mais de 20% de representação.

**EDIÇÃO
SUMÁRIO
TÍTULO**

São Paulo, sábado, 29 de janeiro de 2005

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Reserva de vagas e mudança na autonomia das privadas geram polêmica, mas devem ficar

MEC pretende manter cotas nas federais

COMENTÁRIO

O texto apresentado pelo Ministério da Educação em dezembro do ano passado para discussão com as entidades prevê que as instituições privadas tenham um conselho superior.

Composto de forma colegiada, o conselho ficará responsável pelas normas e diretrizes acadêmico-administrativas.

AVALIAÇÃO

Regulação

O secretário-executivo do CNE destaca que um dos avanços da proposta do ministério é **a regulação do ensino superior** no Brasil, que vem acompanhada do novo sistema de avaliação.

Mota lembra que, pelo texto apresentado, uma instituição terá de cumprir regras para ser considerada universidade como ter um número mínimo de cursos avaliados positivamente e um terço dos professores em regime integral.

EDIÇÃO

SUMÁRIO
TÍTULO

REAÇÃO VERBAL /
CIRCUNSTÂNCIAS/
AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO /
EXPECTATIVAS

São Paulo, quinta-feira, 03 de fevereiro
de 2005

ENSINO SUPERIOR

**Principais pontos polêmicos são
autonomia e gestão participativa;
ministério aceita prorrogar discussão**

Universidades privadas criticam reforma

Após reunião em Brasília com mais de cem representantes de instituições, **integrantes do fórum disseram** que o anteprojeto de reforma universitária do MEC é "falho" e se mostra "intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar projetos".

Criticam, principalmente, a forma prevista de autonomia para as universidades particulares, dizendo que não pode ser aplicada a mesma regra usada nas públicas. Consideram a gestão participativa uma "ingerência".

"Essa reforma é inoportuna, não necessária, não relevante e não emergencial em relação às necessidades que a sociedade clama", **diz Hermes Figueiredo, presidente do Semesp** (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo).
Separação

Lembrando que o sistema privado de educação -incluindo básica e superior- participa com R\$ 9,5 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto), **as entidades sugerem** que o Ministério da Educação faça uma reforma envolvendo o ensino público federal e discuta as normas para as

REAÇÃO VERBAL

particulares separadamente.

"Já há regulamentação até demais para as particulares. O MEC controla todas as atividades", afirmou **Fernando Leme** do Prado, da Associação Nacional de Educação Tecnológica.

Integrantes do fórum destacam que entendem a urgência de implantar a autonomia das universidades federais, mas dizem que poderia ser feito separadamente.

EDIÇÃO

São Paulo, domingo, 13 de fevereiro de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO****EDUCAÇÃO**

Projeto do MEC amplia recursos para as públicas enquanto cria regras mais rígidas para as demais

Proposta de reforma universitária opõe instituições federais e privadas

LEAD

O projeto de reforma universitária proposto pelo MEC está colocando em lados bem distintos (e opostos) as universidades federais e as instituições privadas.

**AVALIAÇÃO /
COMENTÁRIO**

Ao apresentar as razões da reforma, **o MEC deixa claro** que seu objetivo com o projeto foi "fortalecer a universidade pública" e "impedir a mercantilização do ensino superior".

Do lado das instituições privadas, as notícias não geraram entusiasmo -ao contrário. Pela proposta, criam-se critérios muito mais rígidos para o credenciamento de uma universidade, que terá de preencher índices de excelência em ensino e pesquisa. A não-observância desses pré-requisitos poderá levar ao descredenciamento da

REAÇÃO VERBAL / AVALIAÇÃO

universidade.

Também aumentam as ingerências externas sobre as privadas. Será obrigatória a criação de um conselho comunitário social, onde sindicatos, associações de classe e entidades corporativas terão assento garantido. Esses conselhos poderão opinar e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição que terão, pela lei, de ser levados em conta no processo de avaliação daquela entidade. Em documento entregue ao ministro Tarso Genro (Educação), **o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação** (entidade que reúne 24 associações que representam instituições privadas) não poupa críticas ao projeto.

"No que concerne ao sistema privado, o anteprojeto se mostra intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar os seus projetos e programas educacionais. (...) O MEC procura estender às instituições privadas sua postura de mantenedor, impondo regras e procedimentos para os quais não possui prerrogativas constitucionais ou legais", diz o documento.

As entidades reclamam ainda que o PT, ao propor a reforma, está fazendo da educação "um projeto de governo, e não uma política de Estado".

Para o cientista político Edson Nunes, presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o projeto apresentado pelo MEC tem realmente a cara do PT, mas ele dificilmente ficará com a mesma cara quando for discutido na Casa Civil e no Congresso.

"A reforma começou com a discussão de um projeto doutrinário, onde estão claras as preferências do partido eleito e das forças associadas a ele. Mas, passada essa fase, virá a da realpolitik, onde as políticas doutrinárias serão substituídas pelas

pragmáticas. A área econômica, por exemplo, ainda não foi consultada", afirma. Para ele, o projeto tem a cara do PT também nos artigos que falam da participação da comunidade.

O ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, que ocupou o cargo durante os dois mandatos de FHC, viu no projeto a influência de sindicatos e das universidades federais: "O projeto foi escrito pelos sindicatos, pela UNE e pelas entidades corporativistas das federais para aumentar seus recursos sem serem cobrados".

Para o senador Cristovam Buarque (PT-DF), também ex-ministro da Educação, o principal defeito do projeto está justamente nos pontos em que ele não toca. "O projeto não toca na estrutura da universidade. Ela não pode mais ser uma mera soma de departamentos. É preciso criar centros permanentes de formação para que o formado volte regularmente para se atualizar. Essa proposta não leva em conta que, hoje em dia, os diplomas ficam obsoletos muito depressa", diz Cristovam, que afirma que apresentará uma outra proposta de reforma no Senado.

EDIÇÃO

São Paulo, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO****EDUCAÇÃO**

Para Andifes, texto impede "mercantilização"

Proposta de reforma universitária obtém apoio de reitores das federais

LEAD

Após dois dias reunidos em Belo Horizonte (MG) para discutir o anteprojeto da reforma universitária apresentado pelo Ministério da Educação, **reitores das universidades federais** divulgaram ontem um documento em que se contrapõem à posição defendida por instituições particulares.

COMENTÁRIO

O conselho pleno da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) defende que a reforma universitária crie um marco regulatório para todo o sistema superior - público e privado-, não deixando que a normatização nas mãos do mercado.

REAÇÃO VERBAL

"A Andifes concebe a educação como bem público, não podendo estar submetida ao mercado como instância normativa. Defende a educação superior como política de Estado, e o financiamento do sistema federal pela União (...)", afirma o texto da entidade.

EDIÇÃO

São Paulo, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2005

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE

TÍTULO

UNE propõe mudanças para a reforma

LEAD

A UNE (União Nacional dos Estudantes) encaminhou ontem ao Ministério da Educação proposta de incluir na discussão da reforma universitária a regulamentação do reajuste das mensalidades das instituições particulares. Sugeriu também a criação de **uma ouvidoria** do ensino superior para receber reclamações e eventuais denúncias envolvendo a rede privada.

REAÇÃO VERBAL

"A sociedade sabe de seus destinos. A universidade tem de ser livre para orientar seu próprio caminho", afirma. "O direito é individual. Se eu quero me formar advogado, e já existem milhões de advogados, o problema é meu."

"Se essa idéia [de controle] for acatada pelo MEC, as particulares vão chiar", **diz o presidente do Semesp.**

AVALIAÇÃO

Figueiredo integra o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação, que reúne entidades e instituições privadas de ensino superior. **O movimento diz que o anteprojeto de reforma universitária do MEC é falho, intervencionista, inconstitucional e nocivo ao esforço da livre iniciativa em aprimorar projetos.** A maior crítica é em relação à criação de um conselho comunitário social, em que terão espaço sindicatos, associações de classe e

entidades corporativas.

EDIÇÃO

São Paulo, sexta-feira, 25 de fevereiro de 2005

**SUMÁRIO
TÍTULO**

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Tarso Genro e Paulo Renato Souza, atual e ex-ministro da Educação, trocaram críticas durante evento

**CIRCUNSTÂNCIAS/
CONTEXTO**

"Mercantilização" do ensino domina debate

...**O atual ministro** chegou a afirmar que o tucano legitima suas críticas ao projeto de reforma "nos interesses do mercado". **Paulo Renato**, por sua vez, disse que a proposta de reforma apresentada pelo MEC foi feita "pelas corporações das universidades federais, e em benefício das corporações". O motivo da divergência é que, enquanto Paulo Renato pediu menos burocracia para abertura de cursos e mais cobrança de qualidade também em instituições federais, Tarso defendeu mais controle no setor privado como forma de garantir a qualidade. "O [ex-]ministro Paulo Renato é coerente com a sua prática no ministério, quando houve um processo de esvaziamento das universidades federais. A sua fonte de legitimidade é o mercado, a minha é a Constituição. Quando ele escreve, parece que não representa ninguém, que nunca foi ministro", afirmou Tarso, sendo aplaudido por parte da platéia.

REAÇÃO VERBAL

Em sua resposta, Paulo Renato afirmou que em seu período houve uma melhoria da qualidade na educação, citando números do MEC que mostram que os cursos autorizados em sua gestão tinham bom

desempenho no provão e que houve expansão de matrículas também na rede pública, e não apenas nas particulares.

EDIÇÃO

São Paulo, quarta-feira, 30 de março de 2005

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO

TÍTULO

Texto da reforma será enviado à Casa Civil até junho

**COMENTÁRIO /
EXPECTATIVAS**

Proposta do MEC permite união entre universidades federais e estaduais
O grupo, que reúne instituições particulares de ensino superior, quer que o ministério divida o anteprojeto em ao menos três propostas -uma para as universidades federais, a segunda para a rede privada, e a terceira para ajustar o sistema federal aos estaduais.

REAÇÃO VERBAL

Tarso já descartou essa possibilidade. "Será uma proposta de Estado, não uma colcha de retalhos com propostas que se contrapõem."

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 31 de maio de 2005

SUMÁRIO

REFORMA UNIVERSITÁRIA

TÍTULO

Nova versão do projeto obriga universidades federais a destinar um terço das vagas ao período noturno

MEC flexibiliza controle da rede particular

LEAD

O Ministério da Educação retirou da proposta de reforma universitária pontos que aumentariam o controle de instituições particulares, após pressão do setor. **Na segunda versão do texto, apresentada ontem**, foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares.

COMENTÁRIO

Por outro lado, a segunda versão ganhou uma novidade: prevê a existência de ouvidoria na instituição, cargo a ser ocupado por professor ou técnico, com mandato e eleito diretamente. Manteve também a criação dos conselhos sociais de desenvolvimento, que ampliam o controle sobre o setor e é outro alvo de críticas.

... Fica mantida **a eleição direta do reitor e do vice** das instituições federais, de acordo com o estatuto de cada universidade.

EDIÇÃO

São Paulo, terça-feira, 31 de maio de 2005

SUMÁRIO

TÍTULO

Alterações são elogiadas por especialistas

LEAD

Especialistas em educação superior afirmaram que houve avanços na **segunda versão do anteprojeto de reforma universitária**. Já um representante das instituições privadas criticou a manutenção do conselho social.

**REAÇÃO VERBAL /
COMENTÁRIOS**

"Partes consideradas inconstitucionais foram retiradas", disse o **coordenador do grupo da Unesp** que analisa a reforma, João Cardoso Palma Filho. Um exemplo citado por ele é o conselho administrativo nas universidades privadas. "Havia o entendimento que ele poderia se sobrepor a outros conselhos das instituições."

... **Para o presidente da SBPC** (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ennio Candotti, que esteve no evento, as críticas feitas à primeira versão tiveram "efeito". "Demos passos importantes. Avançamos na autonomia das universidades e no redesenho do financiamento das federais."

O presidente da UNE (União Nacional dos

Estudantes), Gustavo Petta, destacou os pontos relacionados a assistência estudantil e aos cursos noturnos.

Já Paulo Antônio Gomes Cardim, um dos representante do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação -que engloba entidades do setor-, criticou a manutenção do conselho social de desenvolvimento, dizendo que ele será de fiscalização, e não consultivo. "Um órgão não pode ser consultivo se ele já tem atribuições definidas na lei." Para Cardim, um dos avanços na nova proposta foi a determinação de criar cursos noturnos nas universidades federais.

EDIÇÃO

São Paulo, domingo, 05 de junho de 2005

SUMÁRIO

TÍTULO

Mantenedoras criticam medida

LEAD

A proposta do Ministério da Educação de ampliar a fiscalização nas universidades foi considerada uma ingerência por entidades ligadas ao ensino superior. **A avaliação foi realizada pelo Semesp e pela ABMES**

REAÇÃO VERBAL / AVALIAÇÃO

"Quem deve cuidar da educação é o MEC. Sempre haverá suspeição sobre a isenção das corporações nas avaliações. Há um interesse em jogo, na defesa e manutenção do mercado de trabalho. Dá a impressão de que, depois de passar a ponte, querem destruí-la para que outros não atravessem o rio", **disse o presidente do Semesp, Hermes Figueiredo.**

Para ele, ao possibilitar a participação dos conselhos nas avaliações, "o Ministério da Educação está abrindo mão de suas

prerrogativas". "Para que foram criados os Sinaes [novo sistema de avaliação do ensino superior]? A não ser que o MEC esteja se julgando incompetente", afirmou

A opinião de Figueiredo é compartilhada pelo professor Gabriel Márcio Rodrigues, presidente da ABMES. "São duas coisas diferentes. Os conselhos servem para fiscalizar o exercício profissional", afirmou Rodrigues. "Já a universidade e as faculdades têm sua qualidade avaliada pelo MEC. Não pode misturar. Os conselhos podem opinar, dizer como um curso deve ser, mas não podem entrar nas universidades."

O presidente da ABMES foi contundente ao comentar a possibilidade de a fiscalização ser feita também pelos conselhos profissionais: "É uma ingerência. Não seria aceita".

De acordo com a nova proposta do MEC, serão formados conselhos superiores nas universidades com a participação de professores, funcionários, estudantes e representantes da sociedade civil.